



**ATA N.º 49/XI-4º/2016-17**

**1** – Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e dezasseis, pelas 21H00, no Salão do Centro Cultural e Juvenil de Santo Amaro (Casa Amarela), sito na av.ª Prof. Ruy Luís Gomes, nº 2, no Laranjeiro, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de novembro/dezembro, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 – Indicação de Comissários para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada;

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal de “Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2017”;

3.3 – Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal Acerca da Atividade Municipal;

3.4 – Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:

3.4.1 - “Opções do Plano do Município para 2017”

3.4.2 – “Orçamento do Município para 2017”

3.4.3 – “Mapa de Pessoal do Município para 2017”

3.4.4 – “Opções do Plano dos SMAS para 2017”

3.4.5 – “Orçamento dos SMAS para 2017”

3.4.6 – “Mapa de Pessoal dos SMAS para 2017”

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2017”;

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Fixação da participação do Município na coleta do IRS para 2017”;

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Lançamento de uma Derrama sobre a coleta do IRC para 2017”.

**1.1** – Foi alterada a agenda da Sessão Ordinária de novembro/dezembro de 2016 com o aditamento de um novo ponto, ponto 3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano de Pormenor do Novo Centro Terciário da Charneca de Caparica”.

**2** – Instalada a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr.ªs. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.

**3** - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

**3.1** - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva;



Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Ana Catarina Ribas Lopes; Luísa Maria Gama Varela; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Teresa Paula de Sousa Coelho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

**4** - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

**4.1** - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Sr. Bruno Ramos Dias, com ausência nos dias 28 e 29 de novembro de 2016, (Ent. nº 7155/XI-4º), (**Conforme Anexo I**).
- O Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, com ausência nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2016, (Ent. nº 7099/XI-4º), (**Conforme Anexo II**).
- O Sr. Daniel Pedro Sobral, com ausência nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2016, (Ent. nº 7155/XI-4º), (**Conforme Anexo III**).
- O Sr. José Gabriel Guiomar Joaquim, com ausência nos dias 28 e 30 de novembro de 2016, (Ent. nº 7155/XI-4º), (**Conforme Anexo IV**).
- A Sr.ª Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com ausência nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2016, (Ent. nº 7179/XI-4º), (**Conforme Anexo V**).
- O Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, com ausência nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2016, (Ent. nº 7180/XI-4º), (**Conforme Anexo VI**).
- O Sr. Paulo Alexandre Ribeiro Sabino, com ausência no dia 28 de novembro de 2016, (Ent. nº 7116/XI-4º), (**Conforme Anexo VII**).

**4.2** - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor Sr. António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 28 e 29 de novembro de 2016, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VIII**).
- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2016, do eleito Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IX**).
- O Candidato Senhor Luís António de Matos Vicente, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 28 de novembro de 2016, do eleito Sr. Daniel Pedro Sobral e por impedimento da cidadã Sr.ª Filipa Raquel da Silva Barroso e do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos X, XI e XII**).



- O Candidato Senhor Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 28 de novembro de 2016, do eleito Sr. José Gabriel Guiomar Joaquim e por impedimento da cidadã Sr.ª Helga Cristina Rosa Ribeiro – PEV, do cidadão Sr. Mário Filipe Burriga Nunes de Castro, do cidadão Sr. Pedro Miguel Correia da Costa e da cidadã Sr.ª Ana Isabel Ricardo Pato Estevens, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XIII, XIV, XV e XVI)**.
  - A Candidata Senhora Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2016, da eleita Sr.ª Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XVII)**.
  - O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2016, do eleito Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XVIII)**.
  - O Candidato Senhor Bruno Rafael Esteves Manso Ribeiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 28 de novembro de 2016, do eleito Sr. Paulo Alexandre Ribeiro Sabino, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIX)**.
- 4.3** - O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas e Charneca de Caparica e Sobreda, em que para o efeito da alínea c), do nº 1, do artigo 18º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e devido a justo impedimento dos Presidentes do respetivo Órgão Autárquico, substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pela eleita na Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Sr.ª Ilda de Lourdes de Oliveira Dâmaso Garrett e eleita na Junta da União das Freguesias Charneca de Caparica e Sobreda, Sr.ª Ana Maria de Matos Sousa Vital Fonseca, respetivamente, **(Conforme Anexos XX e XXI)**.
- 4.4** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.
- 4.5** - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 6808/XI-3º ao 7035/XI-3º do Expediente Enviado do nº 4425/XI-3º ao nº 4573/XI-3º, da Reunião de Representantes dos Grupos Municipais – Súmula Nº 17/XI-4º/2016-17, das Atas Nºs 47/XI-3º/2015-16 e 48/XI-3º/2015-16 e das Minutas das Atas Nºs 47/XI-3º/2015-16 e 48/XI-3º/2015-16 e da Informação Nº 16/16-17 da Atividade dos Membros da Mesa.
- 5** - Nos termos e para os efeitos do artigo 16º, nº 9, alínea b), do Regimento o Presidente da Assembleia deu informação dos Requerimentos apresentados:
- 5.1** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa).
- 5.1.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 7 de abril de 2015, foi registado com a Entrada nº 3393/XI-2º e designado de nº 7/CDS-PP/XI-2º.
- 5.1.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 15 de abril de 2015, através do ofício nº 2325/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 2324/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.



- 5.2** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Condições de Segurança da Escola Básica e Secundária Anselmo de Andrade” em Almada.
- 5.2.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 23 de outubro de 2015, foi registado com a Entrada nº 4676/XI-2º e designado de nº 11/CDS-PP/XI-2º.
- 5.2.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 27 de outubro de 2015, através do ofício nº 3075/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3074/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.
- 5.3** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Iluminação Terminal de Cacilhas”.
- 5.3.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 24 de maio de 2016, foi registado com a Entrada nº 6120/XI-3º e designado de nº 17/CDS-PP/XI-3º.
- 5.3.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 27 de maio de 2016, através do ofício nº 3969/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3968/XI-3.
- 5.4** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Manutenção do espaço Público”.
- 5.4.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 13 de julho de 2016, foi registado com a Entrada nº 6484/XI-3º e designado de nº 19/CDS-PP/XI-3º.
- 5.4.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 15 de julho de 2016, através do ofício nº 4211/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4210/XI-3º.
- 5.5** – Pelo Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino, solicitando informações sobre “Consultas Públicas e programas de Requalificação à Rede Viária e Via Pública nas freguesias de Almada”.
- 5.5.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 11 de agosto de 2016, foi registado com a Entrada nº 6615/XI-3º e designado de nº 02/PSD/XI-3º.
- 5.5.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 31 de agosto de 2016, através do ofício nº 4306/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4305/XI-3º.
- 5.5.3** – A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 271/GP, de 2 de novembro de 2016, sendo-lhe atribuído o nº 7042/XI-4º.
- 5.5.4** – A resposta foi remetida ao Eleito requerente através de ofício nº 4598/XI-4º, em 8 de novembro de 2016.
- 5.6** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Requalificação e segurança de pessoas e bens no Ginjal e Olho-de-Boi”.
- 5.6.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 6 de setembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 6664/XI-3º e designado de nº 20/CDS-PP/XI-3º.
- 5.6.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 13 de setembro de 2016, através do ofício nº 4347/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4346/XI-3º.



**5.7** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Contrato de adjudicação direta com a empresa Semba Comunicação” para o evento “Vinhos e Gastronomia”, na Trafaria.

**5.7.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 4 de outubro de 2016, foi registado com a Entrada nº 6872/XI-3º e designado de nº 21/CDS-PP/XI-3º.

**5.7.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 11 de outubro de 2016, através do ofício nº 4495/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4494/XI-3º.

**5.7.3** – A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 282/GP, de 22 de novembro de 2016, sendo-lhe atribuído o nº 7153/XI-4º.

**5.7.4** - A resposta foi remetida ao Eleito requerente através de ofício nº 4646/XI-4º, em 24 de novembro de 2016.

**5.8** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Degradação do Parque Habitacional no Concelho de Almada”.

**5.8.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 7 de novembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 7061/XI-4º e designado de nº 22/CDS-PP/XI-4º.

**5.8.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em de 2016, através do ofício nº 4602/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4601/XI-4º.

**5.9** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Obras no Pavilhão Gimnodesportivo da Costa da Caparica”.

**5.9.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 11 de novembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 7091/XI-4º e designado de nº 23/CDS-PP/XI-4º.

**5.9.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em de 2016, através do ofício nº 4614/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4613/XI-4º.

**6** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

**6.1** – Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Eugénio Moreira Laranjeira, residente em Almada.

**6.1.1** – O Munícipe Exm.º Senhor Eugénio Moreira Laranjeira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Os habitantes de Almada representados nesta assembleia municipal por membros por si eleitos, sempre pugnaram pelas liberdades e os direitos de todos os cidadãos, sendo que muitos deles durante o longo período do fascismo, sofreram a perda da sua liberdade e desses mesmos direitos que defendiam, e sempre foi um povo solidário para com todas as ações feitas no benefício das melhorias das condições de vida dos seus cidadãos e da cidade.

Conseguiram-se imensas modificações e melhorias para bem-estar dos seus habitantes, sejam nas áreas da pintura, teatro, poesia, música, etc., etc., bem como na luta por melhores condições para a defesa do nosso ambiente.

Devido ao incremento da população na década dos anos 60/70 Almada tem hoje um índice elevado de idosos com algumas necessidades de mobilidade (entre outras) que a cidade não consegue responder eficazmente e é



gratificante ver que em quase todas as iniciativas levadas a efeito pelas Juntas de Freguesia e Câmara de Almada, tiveram um alto índice de participantes, como se viu em outubro – “mês do idoso”.

No entanto nem tudo está concluído, existindo ainda muito que fazer (e/ou modificar) para colocar Almada na linha da frente das cidades portuguesas onde seja possível dizer por inteiro – “dá gosto viver em Almada”.

Quando contactamos os nossos órgãos representativos sejam as Juntas, Câmara e Assembleia Municipal, a chamar-lhes atenção de algo de que “pensamos” poder ser possível melhorar, é também nossa obrigação dar sugestões de solução para solucionar ou pelo menos minimizar esses mesmos problemas.

Por questões de algumas dificuldades de locomoção e de graves problemas de mobilidade de familiares tornei-me mais observador/atento (também por formação profissional) a diversas situações existentes de “obstáculos” criados a muitos cidadãos com diversos tipos de dificuldades (motoras e/ou visuais) sendo que com alguma assiduidade as envio para as respetivas Juntas e/ou serviços técnicos da Câmara.

No entanto há diversos cidadãos (nem todos são idosos) que estão impedidos de poderem “viver a cidade” e aos quais chamo de – “Cidadãos Inocentes” – Em Regime de Prisão Domiciliário.

O título escolhi (pode chocar alguns) mas achei o mais apropriado.

A cidade de Almada que sempre lutou contra as injustiças e discriminação sociais, deverá fazer algo para retificar (ou pelo menos minimiza) algumas destas situações, pois sabemos que querer resolver “todas e já” será muito complicado, de difícil solução e levará muito tempo.

Muitos dos nossos concidadãos vivem em locais que apresentam diversos tipos de obstáculos na cidade à sua mobilidade (não só escadas) podendo alguns deles serem considerados “simples” de serem ultrapassados (por pessoas sem problemas de locomoção) são no entanto, para pessoas com mobilidade reduzida (cadeira de rodas, invisuais e/ou outros) serem muitas vezes difíceis ou mesmo impossíveis de ultrapassar, sendo que muitos destes obstáculos são provocados não só pelo tipo de construção antiga, mas também por outros relativamente modernos, e não adaptados.

Muitos destes cidadãos (não somente idosos e não só nos acessos à habitação) vêm-se obrigados muitas vezes por impossibilidade familiar física e /ou económica, de criarem estas dificuldades em “menos difíceis” de ultrapassar, e que lhes permitem no mínimo “periodicamente” uma “saúde precária” para poderem conviver (nem que seja por algumas horas) com familiares e/ou amigos, irem a um espetáculo ou simplesmente irem até ao “Fórum” passarem algum tempo para verem pessoas, lojas, movimento, ou mesmo o ruído ambiental, jantarem em casa dos netos ou filhos, comemorar aniversários com a família, coisa que pode (é) importante para muitos deles para o seu equilíbrio mental.

Muito haveria de se falar sobre este tema mas não neste momento.

Exemplo:

Tenho um caso de familiar, senhora com 91 anos, com as capacidades de comunicação e memória a funcionarem “perfeitamente”, que se desloca em cadeira de rodas (não mexe perna e braço esquerdo).



Adora conversar e conviver, cujo obstáculo principal para poder sair da sua prisão domiciliária e poder ir à esplanada ou ao café conviver com as amigas, ou outro tipo de convívio, são simplesmente 10 degraus e a impossibilidade de se fazer uma rampa devido à inclinação, sendo que também tenho um problema de saúde (falta de equilíbrio) e a minha mulher (coluna) o que nos impede de podermos ajudar a ultrapassar este obstáculo.

Para poder ser possível a Sr.ª superar este obstáculo (descer ou subir estes 10 degraus) vamos para a rua esperar que passem pessoas e pedir aos que tenham força “e que se disponibilizem” ajudar a carregar a senhora na cadeira de rodas, sendo que muitos se recusam alegando que têm medo de deixar cair a senhora, não querem responsabilidades, que estão com pressa, etc., etc..

Este serviço no entanto é facilmente feito por duas pessoas, pois todas as vezes que se desloca aos tratamentos de fisioterapia (quase diariamente) é efetuado por dois Bombeiros (e algumas vezes com uma Bombeira) assim como já por diversas vezes pelo INEM para a transportarem às consultas e/ou urgência do HGO.

Sugestões:

Entre os “diversos autocarros e outros para transportes de pessoas da CMA” dedicados aos diversos serviços dos habitantes (crianças e jovens, em ações culturais, excursões com grupos culturais, idas à praia, visitas escolares, etc., etc.) que muito aprecio e concordo, não existe no entanto nenhum para poder transportar cidadãos “em cadeira de rodas” sendo que atualmente existem no mercado viaturas para transporte de pessoas nestas condições.

Porque não é um serviço de “emergência” poderia por exemplo através das Juntas de Freguesias e com o apoio da CMA criarem um “serviço programado” (ou mesmo um acordo com as diversas corporações de Bombeiros do Concelho) para a ajuda a estes cidadãos (tal como para irem buscar “monos” a casa) para que periodicamente alguns deles (interessados) possam ter uma saída precária periódica, por exemplo 1/2/3 ou 4 vezes ao mês?

Porque não acordar com o Fórum Almada na colaboração para uma deslocação periódica (por exemplo 1/2 vezes ao mês, ou de dois em dois, ou?) para possibilitarem a este tipo de cidadãos (interessados) em poderem passar aí algumas horas fazer compras ou mesmo ir ao cinema, ou?

Porque não programar a CMA algumas idas a alguns espetáculos no Fórum Romeu Correia ou Teatro Municipal de Almada, ou outros espetáculos?

Organizou a Junta de Freguesia do Laranjeiro um passeio a Tomar e Constância no dia 19 de novembro. Fui à Junta de Freguesia tentar inscrever a Sr.ª para o passeio, tendo-me sido respondido que “não era possível por a Sr.ª se deslocar em cadeira de rodas” e não terem condições.

Estas saídas precárias são importantes não só para o equilíbrio mental do doente mas também para os familiares que tomam conta deles, muitos deles também em “prisão domiciliária” – solidária.

Muitas outras sugestões e/ou ações podem ser facilmente postas em prática.

Pequenas hipóteses de saírem de casa para estas pessoas, são para eles grandes vitórias.



Possivelmente poucos dos presentes viu o filme, mas muitas destas situações fazem lembrar “Janela Indiscreta” de 1955, um filme de Alfred Hitchcock e representado por James Stewart, onde contam a história de um fotógrafo profissional que está confinado ao seu apartamento, por ter “fraturado a perna enquanto trabalhava”. Como não tem opções de lazer, vasculha a vida dos seus vizinhos com um binóculo.

Outros exemplos:

Sei que no tempo em que foram construídos ainda não se debatiam estes problemas como atualmente, nem existiam leis a proteger os direitos destes cidadãos.

Nos transportes públicos (para não falar nos autocarros dos TST) na generalidade das paragens e dos passeios, passagens para peões, escadas em locais públicos, assim como em restaurantes e cafés mesmo os relativamente modernos e considerados de referência (que eu saiba) não há nenhum onde uma pessoa em cadeira de rodas possa ter acesso a casa de banho, pois quase todos a têm nos pisos superior/inferior e somente com escadas, ou de dimensões exíguas onde mesmo sem problemas de mobilidade, tem problema em entrar e fechar a porta.

Casas de espetáculos (possivelmente haverá e gostaria de estar errado) quando do espetáculo “Memórias do Cinema Português” nos dias 10 e 11 na Academia Almadense, não encontrei rampas de acesso a cadeiras de rodas.

Banco Totta – Laranjeiro com o acesso feito por degraus com porta de abrir com “carregar no botão” no último degrau.

Finanças Pragal (para não falar no acesso “impossível” às instalações por cadeira de rodas) através da estrada junto à bomba Repsol, penso que nem o campeão dos “paralímpicos” em cadeira de rodas consegue subir, e mesmo se empurrado terá de ser por pessoa “robusta”.

Outras situações de “segurança” em locais públicos e privados com portas a “abrirem para dentro”.

Em caso de emergência por exemplo explosão, fogo, etc. (e já agora que tanto se fala em terrorismo) temos situações como os CTT na Cova da Piedade, Finanças Almada, a quase totalidade (se não a totalidade) dos Bancos, etc., etc..

Muito há a fazer nestas áreas

Para se “traçar” um caminho num terreno tal como uma mata, na selva, ajardinado, etc..

Espera-se que as pessoas definam “onde” é o trilho e se habituem a ele.

Depois do trilho feito e as pessoas se habituarem a ele – então faz-se o caminho definitivo.

A única coisa a que me posso propor, é o colaborar com as Juntas/CMA (dentro do possível) na identificação e eventual sugestão de resolução de anomalias que muitas vezes são de fácil resolução.

Quando da invasão do Egito pelos Romanos (dizem que durante a pausa de almoço) um general olhou para o deserto junto ao Nilo, chamou os seus oficiais e disse:

Com tanta água aqui porque não existem árvores e florestas em abundância? Ao que lhe responderam: General, para isso são necessárias centenas de anos.





Realmente é verdade, então temos que começar a plantá-las já amanhã, porque senão não conseguimos vê-las a crescer.

Não espero que a CMA resolva “já” todos os problemas de mobilidade na cidade, porque isso vai seguramente levar muitos anos.

Só espero que comecem por solucionar algumas situações “amanhã” senão nunca mais conseguiremos vê-los resolvidos.

É tempo de pensarmos enquanto nos podemos mover... porque amanhã serão os nossos pais... seremos nós... os nossos filhos. Primeiro levaram os comunistas, Mas eu não me importei Porque não era comunista. Em seguida levaram alguns operários, Mas a mim não me afetou Porque eu não era operário. Depois prenderam os sindicalistas, Mas eu não me incomodei Porque nunca fui sindicalista. Logo a seguir chegou a vez De alguns padres, mas como Nunca fui religioso, também não liguei. Agora levaram-me a mim E quando percebi, Já era tarde.

Com as minhas melhores saudações a esta Assembleia Municipal.”

**6.2** – Usou da palavra a Múncipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Maria de Lurdes de Sousa Almeida Fernandes, residente em Almada.

**6.2.1** – A Múncipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Maria de Lurdes de Sousa Almeida Fernandes:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu faço parte do corpo docente da Escola Cata-Ventos da Paz e tenho ali algumas das minhas colegas. Eu trago cá hoje a nossa preocupação, já enviámos uma carta para a Câmara sobre o estacionamento. Nós não temos estacionamento, tenho colegas que vêm de longe, do Samouco, do Barreiro, até a colega que vem do Barreiro já foi multada três vezes pela ECALMA, aquilo é uma zona só de residentes e nós precisamos de um estacionamento, nós não temos sítio onde estacionar. Aquilo é só residentes da Quinta da Alegria. E depois é um sítio em que não há muito transporte que passe por ali. Enviámos uma carta para a Câmara e ainda não recebemos resposta, a única resposta que recebemos hoje foi um parquímetro que foi posto lá, dois parquímetros.”

**6.3** – Usou da palavra o Múncipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Luís Filipe da Cruz Pereira, residente em Almada.

**6.3.1** – O Múncipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Luís Filipe da Cruz Pereira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A questão que me traz aqui hoje, eu convenci-me que não ia chegar a esta Assembleia com este problema que para alguns de vocês pode parecer um problema de somenos, mas para mim não é e também estou convencido que para muitas pessoas também não é.

Em finais de junho/julho, dei com a placa identificadora do início da Cova da Piedade, para quem vem de Cacilhas, placa essa que dizia “Cova da Piedade”, foi vandalizada e passou a ler-se “Cova da Piada”. Eu não fiz logo e-mail para a Câmara porque me convenci que alguém responsável passaria por ali e rapidamente iria resolver o problema, já que a Cova da Piedade merece que a placa apareça com a Cova da Piedade como o mês julho passou e nada aconteceu, enviei um e-mail à Câmara em agosto. Recebi um e-mail em setembro do serviço dizendo que



aquela queixa ou reclamação tinha sido enviada para os serviços competentes. Passou-se o setembro, o outubro e estamos praticamente em dezembro e continuamos a ter a placa identificadora do início da Cova de Piedade vandalizada e dizendo Cova da Piada. Eu não acho piada nenhuma a isto. E muito sinceramente venho aqui dizer a esta Assembleia que não compreendo como é que um caso que foi devidamente tratado com os serviços da Câmara, uma placa onde apenas está escrito Cova da Piedade. É preciso assim tantos meses para colocar ali uma placa? Eu faço aqui um apelo, resolvam o problema da placa, mas não tirando a placa identificadora do início da Cova da Piedade. É porque comigo já se tem passado coisas deste tipo. Eu apresento alguns problemas e depois resolve-se tira-se tudo, tira-se tudo e depois já não há queixa.

Nós quando vínhamos do Laranjeiro para a Cova da Piedade, quem vinha do Laranjeiro, saiu de lá a placa, já há muito tempo, a mim convenceram-me que é a política de cidade, está tudo dentro da mesma cidade, eu sou daqueles que defendo que se deve preservar o nome das terras, acho que é importante preservar o nome das terras. Por isso tanto do lado do Laranjeiro para a Cova da Piedade devia lá estar a placa identificadora, como quem vem de Cacilhas para a Cova da Piedade. Não há direito de permanecer aquela situação assim. Já muita gente sabe disto e eu por acaso nem queria vir aqui à Assembleia colocar este assunto, mas está dito.”

**6.4** - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Maria Odete Alexandre e Pedro Matias, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

**6.4.1** – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Primeiro do que tudo uma palavra para sublinhar a importância desta instalação onde estamos, uma instalação destinada a promover a atividade juvenil e a organização juvenil e onde temos vivido e por aqui têm passado importantes iniciativas. Mas com certeza que não é para isso que agora pedi a palavra. Eu pedia ao Sr. Vereador Rui Jorge Martins que as questões relacionadas com o estacionamento e a questão da placa da Cova da Piedade pudesse já dizer alguma coisa, e depois eu ainda voltarei a tomar a palavra.”

**6.4.2** – O Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Algumas palavras então para tentar dar algum esclarecimento sobre as questões levantadas, nomeadamente sobre o estacionamento do Cata-Vento da Paz e a preocupação que aqui é trazida pelos docentes daquele estabelecimento de ensino em relação ao estacionamento. De facto o Regulamento que está aprovado para aquela zona foi uma das zonas piloto que na altura foi delimitada quando foi implementado o Regulamento do Estacionamento e colocou-se ali um problema grande em termos da necessidade de dar uma resposta aos residentes e dar uma resposta também a quem visitava aquela zona e havia alguma visita que tinha a ver com o próprio equipamento desportivo que existia ali ao lado, portanto haveria necessidade de haver alguns lugares de alguma rotatividade e por isso também os lugares tarifados. Entretanto não se avançou muito mais naquele



Regulamento e na alteração, houve alterações ao Regulamento Geral de Estacionamento e não se avançou e verifica-se que essa necessidade que agora colocam é óbvia, porque de facto há zonas onde é possível outras soluções. Naquela zona em concreto não existem muitas respostas, inclusive a própria resposta de transportes públicos é deficiente. Foi recebida a vossa preocupação, tem estado a ser analisada para duas coisas, uma é para também servir como mais um elemento na base da preocupação que estamos neste momento a ter, no sentido de levar a breve prazo à discussão pública o Regulamento Geral de Estacionamento e os Regulamentos específicos de Estacionamento no sentido de os alterar e de os adaptar melhor às necessidade que hoje em dia conseguimos avaliar, depois destes anos de aplicação do Regulamento de Estacionamento. Mas também para tentar encontrar uma solução já, ainda antes desta alteração ser feita, atendendo a essa avaliação. Não tendo uma resposta a não ser que naturalmente teremos que falar e observar melhor a questão, eu propunha poder falar convosco no local e a encontrar ali qualquer solução que penso que será possível, até porque existem outras semelhantes, até não muito longe.

Eu propunha, se estivessem de acordo marcar convosco uma ida ao local e lá em concreto falar e tentarmos encontrar uma resposta.

Em relação à questão da placa, levantada pelo Sr. Luís Filipe Pereira. Esta questão foi levantada, foi tentada ainda uma limpeza da placa, mas não era possível e foi mandado fazer uma placa. Está de facto há um imenso tempo, eu pensava que neste momento já estivesse esse problema resolvido, fui agora também confrontado com aquilo que colocou e amanhã irei ver com os serviços no sentido de perceber o que é que se passa, porque já deveria estar mais do que resolvido e não há obviamente resposta nenhuma para além desta, é que é uma situação que deveria estar resolvida e ainda não está... Mas vamos com certeza tratar disso.”

#### **6.4.3 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Eugénio Laranjeira, são de facto questões de grande pertinência. Hoje os problemas de mobilidade é um que não se restringe só a pessoas que têm qualquer deficit, por assim dizer, seja congénito ou adquirido, praticamente é um problema que nos abrange a todos ou pelo menos abrange um número muito significativo ou praticamente abrange todas as famílias, vamos dizer assim, do nosso Concelho e de muitos Concelhos similares ao nosso. É um problema que se associa com o prolongamento da nossa esperança de vida, uma boa notícia como todos sabemos, mas infelizmente o nosso País e em particular no caso das mulheres, esse prolongamento da esperança de vida é um prolongamento de esperança de vida com doença o que significa um prolongamento de esperança de vida com limitações de variada ordem. Existe aqui algo que não tendo sido resolvido com políticas de prevenção e de promoção de saúde e com melhores condições que permitam às pessoas ter uma vida com saúde, mais longa, mas também mais longa com saúde, hoje é um problema que a sociedade tem que assumir, é como é que age perante esta realidade, que é uma realidade que tem efeitos não só nos hospitais, mas muito mais no dia a dia das pessoas e naturalmente no seu bem estar e até na sua felicidade.



Esta matéria tem duas componentes, ou duas componentes mais importantes, o Sr. Eugénio Laranjeira referiu-se a uma delas de uma forma que não sendo original tem vindo cada vez mais a ser sublinhada, são as pessoas que estão retidas na sua própria casa porque não podem descer ou subir os andares, ou que têm dificuldades de acessibilidade dentro do próprio prédio e às vezes até de mobilidade dentro da própria casa. E o outro são os problemas da mobilidade na rua, ruas que não estão adaptadas a esses problemas.

Em relação à mobilidade na rua, o Plano de Mobilidade para o Município está concluído, é um documento que tardou e tem tardado a ir a aprovação aos órgãos municipais, mas ele está concluído e aquilo que está decidido é que haja uma Unidade Orgânica responsável pela sua aplicação, e já no próximo ano começar a fazer a sua aplicação. Naturalmente não é para todas as áreas do Concelho, iremos fazer algumas coisas sucessivamente para que, como disse se vão concretizando aspetos do Plano de Mobilidade. Outra questão é a mobilidade dentro das próprias casas e a adaptação das casas, estou a dizer as casas, não é só o fogo, é também o prédio. Como se darão conta amanhã e também no contexto daquilo que o Congresso Almada nos permitiu conhecer de uma forma mais aprofundada e também não sendo propriamente uma iniciativa original iremos reforçar a nossa capacidade de resposta municipal ou procurar reforçar em relação àquelas pequenas obras de adaptação dos fogos e dos edifícios, sobre uma forma que depois a organização terá que se encontrar, é algo que já fazemos no município, penso que através da Santa Casa da Misericórdia que tem um serviço dessa natureza, mas penso que a ideia aqui é poder generalizar com as organizações de idosos em particular poder generalizar esse tipo de resposta. É uma resposta que temos, queremos fazer esse caminho, em relação às situações pontuais e em relação aos programas dirigidos a esses grupos temos que trabalhar, mas trabalhar com as associações, as instituições que fazem trabalho dirigido a esses grupos. É o que podemos dizer, mas há de facto a nossa vontade de procurar melhorar a nossa resposta, tendo a perfeita consciência, aliás como o Sr. Eugénio Laranjeira disse que é um problema que como comecei por afirmar de grande dimensão e que existe de facto uma mobilização de todos nós para que possamos dar melhores condições de vida aos nossos idosos e àqueles que têm problemas de mobilidade. É o que lhe posso dizer, é esse propósito que já tem reflexos no Plano de Atividades que iremos amanhã e nestes dois dias discutir e deliberar.”

**6.4.4 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Hoje o período da participação dos cidadãos trouxe dois assuntos que me são bastante caros. O primeiro foi o daquele Sr. que falou de alguém que está preso na sua própria casa porque não tem possibilidades dela sair. O Sr. Presidente da Câmara acabou de responder que está previsto no Plano, nas Opções do Plano que haja uma equipa que possa ajudar a resolver estas situações, mas até lá eu penso que de facto as coisas em Almada demoram tanto tempo a ser resolvidas, qualquer buraquinho na rua demora três meses a ser reparado, que uma intervenção dessas num prédio que segundo me pareceu tem seis degraus, se calhar é uma coisa que mete engenheiros e arquitetos, e etc.. O meu apelo neste momento é, não podendo resolver a situação que está criada, pedir aos serviços de Câmara que quando autorizem a construção de novos edifícios tenham em conta que a



qualquer momento uma das pessoas que vai morar naquele edifício poderá vir a ser um deficiente e por isso é preciso prevenir essa situação.

As casas devem já estar preparadas para essas situações. Aqueles degraus enormes que nós víamos que às vezes até significavam alguma ostentação, devem desaparecer e ser substituídos por rampas, para poderem ser acessíveis até aos carrinhos de bebé, etc., às cadeiras de rodas e por aí.

A outra questão é das Senhoras Professoras da Escola Os Cata-Ventos da Paz. Na Freguesia de Cacilhas existe uma situação de muita tolerância para uma instituição, eu sou testemunha todos os dias dessa tolerância, porque não ser tolerante também com as Professoras da Escola Cata-Ventos da Paz da mesma maneira? Elas identificam os seus carros com um papel da Escola dizendo que são Professoras naquela Escola, até se rever o Regulamento. Penso que é uma questão de justiça. Deve ser dada a mesma tolerância às Professoras da Escola Cata-Ventos da Paz que é dada a outros funcionários de outras instituições e que já várias vezes falámos sobre isso nesta Assembleia e em outras reuniões.”

**6.4.5 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação à questão da mobilidade que é nossa preocupação comum Sr.<sup>a</sup> Deputada Odete Alexandre, naturalmente que é hoje da Lei geral e não é só de hoje, é desde, podemos dizer quase do princípio dos anos 80, pelo menos da primeira metade talvez dos anos 80 do século passado que foi estabelecido um conjunto de medidas legislativas que deviam obrigar em primeiro lugar os edifícios públicos e depois também os edifícios privados penso que a partir do final da década de 80, princípio da década de 90, a cumprirem com essas regras que enunciou. Por razões que conheceremos nem os edifícios públicos nem os edifícios privados em muitos casos respeitam isso, mas pior, é que nós herdámos também um património imobiliário por assim dizer, que é muito anterior a esta situação. É comum encontrar na Cova da Piedade, como sabem e eu vivi num quarto andar sem elevador durante muitos anos, e é comum em muitas zonas do nosso território, aqui mesmo no Laranjeiro, os 4<sup>os</sup> andares sem elevador. Como é que resolvemos o problema dessas pessoas que foram para esses andares com vinte anos e que agora passados 46 têm 66 anos e muito provavelmente e sobretudo se foram mulheres terão problemas de mobilidade e vivem no 4<sup>o</sup> andar. Há duas propostas, uma é que procuraremos ir resolvendo esses problemas, naturalmente na medida dos nossos recursos porque a dimensão do problema é enorme e já tive o cuidado de dizer que é de facto um problema dos Municípios, mas tem que haver aqui também alguma atenção no contexto do envelhecimento, não é só dizermos que estamos a envelhecer, coitadinhos dos velhinhos, desculpem o termo, mas depois fica-se tudo pela constatação do facto. Mas procurando minimizar, mas o Sr. Carlos Laranjeira até apresentou algo mais, era que procurássemos pelo menos por vezes nalguns momentos do ano organizar iniciativas que permitisse a essas pessoas de saírem de casa e terem convívio. É evidente que não é sequer a resolução do problema, nem sequer minimizar o problema na medida em que nós gostaríamos de o fazer, mas é permitir que as pessoas tenham algum convívio e tenham momentos de bem estar e de alegria e de convívio com outras pessoas. A nossa proposta é olhar para o problema no seu conjunto, nas suas várias



dimensões sem termos a ilusão que o vamos resolver na medida em que o gostaríamos de fazer, mas procuraremos ir resolvendo e sobretudo ter uma atenção grande nessa matéria.

No âmbito do Congresso, já agora se me permite, chegou a estar em consideração a possibilidade de, do ponto de vista fiscal se dar um estímulo aos condomínios, mas condomínios que sabemos que é uma estrutura diferente das pessoas que têm casas arrendadas e que fossem condomínios solidários, por assim dizer, e que o quadro do condomínio procurassem ter uma componente que resolvesse isso. Havendo um estímulo fiscal ou taxa que permitissem ao condomínio organizar-se nesse sentido de ajudar os seus vizinhos que tivessem dificuldade de mobilidade. Mas isso é preciso fazer contas, como imagina é preciso fazer contas, é preciso haver sistemas de controle. É mais fácil falar de uma medida do que depois fazer o seu desenho e pô-la em prática. Isto é válido para estas questões e também é válido para a questão do trânsito, se me permite, porque uma coisa é a tolerância, a tolerância de quem tem responsabilidade pública, ter a compreensão, mas nós não podemos fazer depender o nosso dia a dia só da tolerância. Tolerância com certeza que haverá sempre, as indicações estão dadas aos fiscais da ECALMA, como se sabe, pelo menos desde que cá estamos procuramos dar orientações no sentido de procurar resolver o problema com as pessoas, umas vezes com mais sucesso, outras vezes com menos sucesso. Às vezes com responsabilidades dos fiscais, outras vezes porque somos todos gente e nem todos os dias estamos com a mesma disposição, mas o que é necessário é haver uma solução, uma solução que seja uma solução sólida, sustentável e em que as pessoas tenham a garantia de que podem deslocar-se para o seu trabalho, podem ficar perto do local onde trabalham, estacionar a sua viatura se não houver um transporte público que lhe ofereça melhor condição, Mas sem descorar de uma coisa, da humanização da relação, termos um empenho em encontrar uma solução mais sólida e isso podem contar connosco.”

**6.4.6 – O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só duas notas Sr. Presidente. A primeira nota tem a ver com a questão dos Professores da Escola Cata-Ventos da Paz e fazia aqui um desafio ao Sr. Vereador Rui Jorge Martins e ao Município, que nos próximos dias até encontrar uma solução com os Professores e os Funcionários da Escola, não fosse aplicado ai o Regulamento ou nalgum espaço que fosse encontrar uma solução para não serem multados os Professoras.

A segunda questão tem a ver com a Bancada do PS, chegou aqui uma Deputada nossa e só havia nove lugares, somos dez Deputados, por enquanto, já fomos onze, somos dez, espero que esta questão de ela não ter onde se sentar não se volte a repetir.”

**6.4.7 – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:**

“Srs. Deputados Municipais;

Sr. Deputado Municipal apenas duas notas. Sobre a Sr.ª Deputada pedir desculpa pelo erro que houve da parte dos serviços.

Agora quanto à outra questão de suspensão de um regulamento, atenção e muito cuidado, a Assembleia Municipal foi quem aprovou o Regulamento, não foi a Câmara Municipal, foi a Assembleia Municipal que aprovou



o Regulamento e como tal a Assembleia Municipal só pode fazer isso se for expressamente aqui deliberado, senão não há suspensão do Regulamento. Seria muitíssimo mal que avançássemos por formas avulsas, ao ponto de possibilitar à Câmara suspender deliberações da Assembleia Municipal, coisa diferente de alguma tolerância.”

**6.4.8 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu não fui suficientemente claro, penso, em relação à questão da tolerância. A questão da tolerância é uma coisa que faz parte das nossas relações. Eu até gosto mais de utilizar o reconhecimento da liberdade que todos nós temos que é um bocadinho mais do que a tolerância. A tolerância às vezes confunde-se com o aturar aquilo que não gostamos e a liberdade que todos temos, de ser como somos, no respeito pela liberdade dos outros, gosto mais que se colocasse assim. Mas tolerância, tudo bem, também não há nada contra isso. Mas tolerância tem um limite indefinido e o limite indefinido passa pela simpatia e acaba na oferta que depois fica agarrado e colado pelo compromisso e isso não pode ser dependente das relações entre duas e três pessoas na sociedade quando ela está organizada, como é o caso da nossa sociedade. A tolerância tem que respeitar aquilo que são as regras que entre nós criamos nos Regulamento ou naquilo que for e que nós aprovámos por nosso consenso, é base do Estado de direito. A gente não pode ser pelo Estado de direito às segundas, quartas e sextas e depois nas terças, quintas e sábados somos por outra coisa que é mais ou menos como nos apetece e pela simpatia que temos. Haverá sempre simpatias, relações humanas e humanidade na relação, é isso que exige dos funcionários da Administração Local e penso que da Central, onde as responsabilidades serão de outros.

Sim Senhor, relação humana, mas isso não deve impedir que e pelo contrário deve reforçar aquilo que é o reconhecimento dos direitos e deveres de cada cidadão no quadro das regras que em contexto democrático nós aprovamos. E se está mal, altera-se, de acordo, podemos alterar a todo o momento, esse é o propósito que naturalmente em relação a esta matéria do Regulamento de Trânsito nós temos, com a compreensão de que as pessoas precisam de trabalhar e para trabalhar no contexto onde estamos precisam de se deslocar em automóvel ou noutro veículo qualquer e precisam de o deixar em qualquer lado e não devem ser penalizadas por vir trabalhar. É isto que estamos perfeitamente de acordo, resolver o problema, mas de uma forma sustentada, era isto que gostava de dizer, que me perdoem, mas o nosso pensamento sobre este assunto. Resolver, mas resolver de uma forma que seja garantido que não está dependente da simpatia do funcionário que lá está naquele dia, não pode ser assim.”

**7 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.**

**7.1 – Usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais João Galdes (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento da Professora e Vereadora Maria do Carmo Borges) e Luísa Ramos (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão almadense Artur Neves de Almeida).**

**7.1.1 – O Sr. Deputado Municipal João Galdes (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento da Professora e Vereadora Maria do Carmo Borges



Brutal, a notícia rompia o curso normal do tempo ao fim da manhã de um dos dias da passada semana: a Vereadora da Câmara Municipal de Almada, Maria do Carmo Mira Borges, falecia após longa batalha contra a doença que a afetava e viria a derrotar.

Despedimo-nos, ainda há muito poucos dias da Maria do Carmo, da mulher, da amiga, da companheira e da camarada que nos dois últimos anos connosco partilhou esta nobre missão de participar ativamente no exercício do Poder Local Democrático, que ela tanto lutou para conquistar e tanto contribuiu, também, para construir.

Despediram-se também da Maria do Carmo o Movimento Associativo e Solidário - as Coletividades, as Associações, os Clubes.

Despediu-se a Comunidade Educativa – os Alunos, os Professores, Trabalhadores não Docentes e em particular o seu Agrupamento e a sua Escola do Miradouro de Alfazina na Caparica a quem tanto deu como Professora e Diretora e de quem tanto orgulho tinha.

Verdadeiramente, de facto, nunca nos despediremos dela. Nunca nos despediremos da Maria do Carmo, porque ela integra o grupo daqueles, Cidadãos Ilustres, cuja memória permanecerá indelével e perene junto de nós, junto de todos quantos tivemos o privilégio de com ela conviver, e ao lado dela lutar, trabalhar e partilhar anseios e esperanças de uma vida melhor para todos os seres humanos.

Neste momento de profunda tristeza e dor em que deixámos de poder contar com a sua presença física, lembramos a sua memória! A memória da Mulher Professora, da Mulher Autarca, da Mulher Militante ativa no seu Partido de sempre, o Partido Comunista Português, que nos deixa a todos marcas profundas de um exemplo ímpar de vida, de trabalho e de luta pelas causas que acreditava justas.

A memória da Mulher imensa que soube colocar o seu saber, o seu conhecimento, a sua indomável vontade de fazer bem e de bem-fazer inteiramente ao serviço da causa pública, emprestando o melhor de si mesma à intransigente defesa do interesse e do bem-estar de todos e de cada um dos seus semelhantes, em particular dos Almadenses, em todas as múltiplas facetas da sua vida.

O desaparecimento físico da Maria do Carmo deixa em todos um sentimento de vazio e perda.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2016, expressa a todos quantos conviveram com a Maria do Carmo, com ela trabalharam nas escolas, no movimento associativo, na Câmara Municipal de Almada; aos que ao lado dela e com ela participaram ativamente na luta pela transformação da sociedade numa realidade mais justa, mais fraterna e mais desenvolvida, e muito em especial à sua família, à sua filha Eva, nossa companheira de viagem nesta mesma Assembleia Municipal, e ao seu irmão Brás Borges, também ele autarca na Freguesia do Laranjeiro e do Feijó, as mais sentidas condolências, e a expressão da mais profunda solidariedade neste momento tão doloroso e de fortíssimo sentimento de perda.”

**7.1.2 – A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão almadense Artur Neves de Almeida





Faleceu no passado dia 15 de novembro do presente ano de 2016, o destacado militante antifascista, democrata insigne, ex-Presidente da Assembleia Municipal de Almada, o Cidadão Almadense de referência – Artur Neves de Almeida.

Destacado lutador pela liberdade durante o regime fascista, militante do Partido Comunista Português, foi um dos 42 Cidadãos representantes do Distrito de Setúbal que integraram a Comissão Nacional do 3º Congresso da Oposição Democrática, realizado na Cidade de Aveiro, no Cine Teatro Avenida, entre os dias 4 e 8 de Abril de 1973, que juntou cerca de 3 mil democratas.

Nesses 42 Cidadãos do Distrito de Setúbal onde também se destacou pelo empenho e ação o Cidadão Artur Neves de Almeida, estavam outros destacados democratas almadenses e obreiros do Portugal de Abril, entre os quais: Ana Maria Antunes, António Reizinho, Henrique Barbeitos, José Alaiz, Marcos Antunes.

No Congresso de Aveiro de 1973, tal como a grandiosa e importante manifestação realizada nessa cidade, na manhã do dia 8 de Abril, brutalmente reprimida pela polícia, as palavras gritadas soaram fortes: Liberdade imediata e incondicional de todos os presos políticos, fim da censura e liberdade de imprensa, fim imediato da guerra colonial, liberdade de reunião, de criação de partidos políticos e de associação.

Importante foi também a decisão do Congresso de participar, aproveitando a realização de «eleições» para a Assembleia Nacional fascista, assumida como oportunidade para o reforço da organização e unidade da Oposição e de desenvolvimento da luta popular, embora rejeitando quaisquer ilusões eleitoristas de alcance de vitória.

Artur Neves de Almeida foi protagonista destes valores, ideias e ideais do Congresso de Aveiro sempre ativo na oposição democrática, vindo a ser candidato pelo Distrito de Setúbal nas eleições de 1973.

Tudo foi feito pelo regime fascista para inviabilizar as listas de candidatura e a ação da oposição, com prisões de antifascistas, repressão, assaltos a sedes de campanha, mas as forças democráticas aproveitaram a campanha embora tenham renunciado ir às urnas.

No Distrito de Setúbal é assaltada a sede distrital do Movimento Democrático, que funcionava no Barreiro, a que segue a rejeição pelo Governo Civil da candidatura do cidadão almadense Marcos Antunes na lista do Movimento de Oposição Democrática, sob o pretexto da perda de direitos políticos. No entanto e apesar de todos os entraves colocados, no dia 11 de Outubro de 1973, na Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, são anunciados publicamente os nomes dos candidatos do Distrito de Setúbal: Adílio Costa (Setúbal), Artur Neves de Almeida (Almada), Ercília Talhadas (Moita), João Aurélio dos Santos (Seixal), Herculano Pires (Almada) e Alfredo Matos (Barreiro).

Com o Congresso de Aveiro e as ações de campanha eleitoral no ano de 1973 as forças democráticas reforçaram a sua unidade, a sua organização e a sua atividade. Dá-se um novo ascenso da luta da classe operária, das massas populares e do movimento democrático.

Artur Neves de Almeida foi sempre um ativo e empenhado lutador quer na Oposição Democrática quer como trabalhador bancário e ativista sindical quer como militante do movimento popular e participante ativo no novo Portugal saído da Revolução Democrática e Popular de Abril de 1974.



Viveu a Revolução de Abril de forma entusiástica e singular, conta-nos como foi no Boletim Municipal de Abril de 2014 (edição nº 204): “Por volta das 2 da manhã um amigo bateu-me à porta vigorosamente. Pensei que era a PIDE e a minha primeira reação foi destruir vários documentos que tinha na minha posse. Qual não foi a minha alegria quando esse meu amigo me disse que se estava a concretizar aquilo que já sabíamos que estava a ser preparado, mas sem conhecermos quando iria acontecer. ...Vivemos esse dia de uma forma intensa e com imensa alegria. É indiscreto...”

Artur Neves de Almeida é um dos protagonistas, da reunião das Escolas do Desportivo na rua das Salgadeiras, no próprio dia 25 de Abril, a que se seguiu a reunião na SFUAP de organização e ação do movimento popular e em apoio do Movimento dos Capitães, depois Movimento das Forças Armadas e depois Revolução.

Em consideração do entusiástico e generalizado apoio popular em todo o Concelho pelo derrube do Governo Fascista e pelo ato revolucionário, a Comissão Concelhia do Movimento da Oposição Democrática do Distrito de Setúbal, de que Artur Neves de Almeida é parte ativa, organiza em 27 de Abril uma manifestação na Cova da Piedade. Forma-se assim um entusiástico cortejo de apoio ao Movimento das Forças Armadas que percorre a cidade e na rua Capitão Leitão deteve-se junto à Câmara Municipal exaltando os valores da liberdade e da democracia. É neste contexto que um grupo de manifestantes entre os quais José Gonçalves, Viriato Gonçalves, Álvaro Farinha, José António Lopes – ZAL e Artur Neves de Almeida, sobem a escadaria dos Paços do Concelho e exigem a demissão do presidente da Câmara e sua vereação.

Com a Revolução de Abril, Artur Neves de Almeida continuou ativamente empenhado no movimento popular cuja dinâmica e criatividade levou à constituição da Assembleia Popular do Concelho de Almada, que com a Comissão Democrática Administrativa da Câmara Municipal foram os grandes pilares do Poder Local Revolucionário e base sólida do Poder Local Democrático que veio a ser constitucionalmente consagrado.

Foi Militante e dirigente concelhio do Partido Comunista Português. Foi também candidato às eleições autárquicas de 1979 e 1982 e eleito Presidente da Assembleia Municipal de Almada em dois mandatos consecutivos, entre 1979 e 1982 e entre 1982 e 1985, desempenhando o cargo com reconhecido mérito.

Artur Neves de Almeida é referência pela generosidade e amor ao próximo, de lutador por causas e ideias humanistas e de cidadania ativa e empenhada.

Artur Neves de Almeida foi um Homem de Abril, lutador pela Liberdade e pela Democracia, obreiro da edificação do Poder Local Democrático, paladino dos valores e causas do movimento associativo e solidário.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em plenário no dia 28 de novembro de 2016, manifesta profundo sentimento de perda pelo falecimento de Artur Neves de Almeida, exalta as suas qualidades de Cidadão dedicado à Liberdade, à Democracia, à Justiça Social e ao Portugal de Abril, apresentado à sua Família enlutada, em particular à sua Esposa e aos seus Filhos, assim como ao Partido Comunista Português, as mais sentidas condolências.”



**7.2** – No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais José Joaquim Leitão, Nuno Matias, Carlos Guedes, António Pedro Maco, Alexandra Correia, Maria Odete Alexandre, Luísa Ramos e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

**7.2.1** – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Para dizer que foram igualmente colocados à apreciação da Câmara Municipal os Votos de Pesar por estas duas personalidades. E que foram unanimemente aprovados esses votos.

Mas no caso concreto do Voto de Pesar pelo falecimento da Sr.<sup>a</sup> Vereadora Maria do Carmo Borges, foi entendimento de todo o Coletivo da Câmara que o Voto era subscrito por todos os Vereadores, e que foi também unanimemente aprovado. É um Voto unânime na sua apresentação e na sua votação.

Só ainda uma palavra em relação à Maria do Carmo que penso que é dever transmitir-vos. Em primeiro lugar sublinhar a grande sensibilidade que esta nossa Vereadora sempre teve para todas as questões que estavam na sua área de responsabilidade. Teve como tarefas os Pelouros ligados à Ação Social e à Habitação e fez no pouco tempo que exerceu essa função um trabalho notável de aproximação, de compreensão, de busca de entendimento e de procura de soluções, nunca desistindo perante as dificuldades, procurando ser inovadora e de, sobretudo atenta e centrada naquilo que eram os problemas das pessoas. Nesse aspeto é para nós motivo de imensa inspiração porque muitas vezes estamos perdidos na papelada e nas questões administrativas e as pessoas concretas e os seus problemas ficam para trás e temos uma certa tendência para as formatar àquilo que são, ainda há pouco falávamos disso noutra condição, mas àquilo que são o entendimento abstrato daquilo que é a nossa realidade.

E o outro é que a Maria do Carmo até ao último momento manteve em atividade, preocupada com o que se passava com o seu Pelouro, querendo saber, intervir, tendo dado opinião, sempre com a esperança de que havia de voltar ao trabalho. E nesse aspeto ela continua connosco e nós faremos tudo para que ela continue connosco.”

**7.2.2** – O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas uma breve palavra para me associar ao Voto de Pesar pela Vereadora Maria do Carmo Mira Borges. Já muitas vezes aqui assinalámos a perda de Municípes importantes para a Assembleia, para as várias Bancadas da Assembleia, mas este momento é um momento singular porque homenageamos alguém que trabalhou connosco, teve um percurso connosco, com quem concordámos e discordámos, mas que esteve próximo de nós e que tem aqui também um familiar na Assembleia, e portanto sentimos ser nosso dever também expressarmos aqui a homenagem à pessoa e a solidariedade aos seus familiares e mais próximos e pedirmos à Bancada da CDU para nos considerarem associados na propositura do Voto.”

**7.2.3** – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Qualquer vida humana para nós merece-nos um respeito infindável e no momento em que infelizmente algum ser humano deixa de conviver connosco merece-nos todo o respeito e sobretudo a perda desse momento deve ser associada por todos igual com o mesmo respeito e independentemente de concordarmos ou pontualmente discordarmos do percurso de cada qual e isso é perfeitamente legítimo, mas como sempre o fizemos estamos sempre aqui a homenagear todos aqueles que conviveram connosco, se cruzaram connosco e tiveram ao fim ao cabo também impacto na nossa vida coletiva.

Neste caso e particularmente não podemos deixar de nos associar e também propomos que nos possamos também associar à propositura deste Voto de Pesar, porque a Professora e Vereadora Maria do Carmo Borges era uma de nós, uma cidadã que entendeu também dedicar a sua vida à cidadania ativa, procurou dentro daquilo que era a sua visão da sociedade contribuir com a sua dedicação e a sua entrega a uma causa e por isso numa altura em que infelizmente não está entre nós, não deixa de estar entre nós porque nós temos a missão de continuar esse esforço que ela entregou a esta causa pública e portanto não gostaríamos de deixar passar esta ocasião sem, não só nos associarmos ao Voto de Pesar, mas também endereçarmos um sentido de Pesar à filha, nossa colega nesta Assembleia, a todo o Executivo, especialmente ao Partido que ela representou condignamente no exercício das suas funções e a toda a família, na certeza de que continuará a ser para nós um exemplo, porque todos os cidadãos que dizem presente numa causa como é a luta autárquica, não só por serem seres humanos dedicados, merecem de nós um sentido de voto de respeito e nesta altura de pesar.”

**7.2.4 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Bloco de Esquerda já o fez de forma institucional, mas naturalmente que o faz agora também, associamo-nos naturalmente a este Voto. Lamentamos a perda da vida humana e naturalmente que lamentamos de forma mais pessoal juntamente com a nossa companheira de viagem, como é dito no Voto, a Eva que aqui está também presente neste momento. A Sr.ª Vereadora e Sr.ª Professora Maria do Carmo continuarão presentes na nossa memória naturalmente, e fica a nossa homenagem.”

**7.2.5 – O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O CDS-PP também já teve a oportunidade de logo na altura manifestar o Pesar pelo falecimento da nossa Vereadora. Infelizmente mais um Mandato que desaparece uma de nós, uma autarca, infelizmente, já tinha acontecido no outro Mandato com outro autarca e portanto associamo-nos como é óbvio a este Voto de Pesar endereçando mais uma vez as condolências, quer aqui à nossa Colega do Partido Comunista, quer também ao Partido Comunista e a todos aqueles que reconheceram o trabalho efetuado pela nossa Vereadora.”

**7.2.6 – A Sr.ª Deputada Municipal Alexandra Correia (PAN):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Também gostaria como é óbvio de me associar a este Voto de Pesar, desta vez como já foi dito de uma forma mais pessoal, pois era uma pessoa que nos era próxima, com quem estávamos frequentemente, o que torna um



pouco diferente daqueles que habitualmente aqui falamos. E também apresentar este Voto de Pesar à Eva, que é sentido.”

**7.2.7** – A Sr.ª Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sou demasiadamente chorona para poder falar sobre a Maria do Carmo. Era uma pessoa que eu respeitava enormemente e de quem vou ter muitas saudades.”

**7.2.8** – A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queremos naturalmente em nome da Bancada da CDU agradecer a todos os Grupos Municipais, ao Sr. Deputado do CDS, à Sr.ª Deputada do PAN, à Sr.ª Deputada Independente, queremos agradecer as palavras seguramente ..., mas sinceras e sentidas, porque de facto a Maria do Carmo podia ser diferente nas opiniões mas era muito consensual na postura. E queremos agradecer. Naturalmente que aceitamos todos os pedidos de subscrição e o Voto deixa de ser da CDU e passa a ser de todas as Bancadas, e em nome da Família, do Partido Comunista Português e da CDU agradecemos sinceramente as vossas palavras.”

**7.2.9** – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, eu aproveitava só para fazer uma proposta e confesso que veio ao arrepio da tradição diferente desta Assembleia, que eu confesso também que nunca percebi, eu sugeria que fizéssemos mesmo um minuto de silêncio.”

**7.3** - Verificado o quórum e não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação dos documentos.

**7.3.1** – O Voto de Pesar pelo falecimento da Professora e Vereadora Maria do Carmo Borges, subscrito pelos Grupos Municipais da CDU, PS, PSD e BE e pelos Senhores Deputados António Maco do CDS-PP, Alexandra Correia do PAN e Maria Odete Alexandre Ind., apresentado pelo Sr. Deputado Municipal João Galdes, foi aprovado por unanimidade.

**7.3.2** – O Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão almadense Artur Neves de Almeida, apresentado pela Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovado por unanimidade.

**7.3.3** - Seguiu-se um momento de silêncio de homenagem e em memória dos Cidadãos falecidos.

**7.4** - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais: Luís Palma – Presidente da Junta da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó (apresentando Moção/Deliberação Pela melhoria das instalações nas Escolas Secundárias do Concelho de Almada); João Galdes (apresentando Moção/Saudação À Professora e Investigadora Elvira Fortunato e ao Professor Doutor Rodrigo Martins distinguidos pela Academia Europeia das Ciências); Nuno Matias (apresentando Moção/deliberação Pelo reinício imediato das obras na Escola Secundária do Monte de Caparica); José Joaquim Leitão (apresentando Moção/Saudação sobre a Eleição de António Guterres como Secretário-Geral das Nações Unidas); Nuno Avelar



Pinheiro (apresentando Moção/Saudação sobre a Participação do KSPA no 18º Campeonato Mundial FSKA-Bombaim-India 2016 e Moção/Saudação Nuno Saraiva recebe o prémio Amadora BD 2016); José Ricardo Martins (Moção/Deliberação sobre Segurança dos banhistas na Costa da Caparica); Pedro Oliveira (apresentando Voto de Protesto Manifestação Racista e Xenófoba, e Moção/Deliberação Em defesa do património e da memória); Luísa Ramos (apresentando Moção/Deliberação As populações exigem mais e melhores transportes públicos); João Geraldes (apresentando Moção/Deliberação sobre Funcionamento da SOVENA) e Alexandra Correia (apresentando uma Moção/Recomendação Opção vegetariana nas cantinas das escolas públicas).

**7.4.1** – O Sr. Deputado Municipal Luís Palma – Presidente da Junta da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Pela melhoria das instalações nas Escolas Secundárias do Concelho de Almada

Resultante de políticas desastrosas de sucessivos governos, existem centenas de escolas pelo país em condições degradadas ou insuficientes, existindo no concelho de Almada algumas situações preocupantes.

Refira-se a situação da Escola Secundária do Monte de Caparica, alvo de intervenção no âmbito do Parque Escolar e que continua a aguardar a sua conclusão, há sete anos, diga-se, e com sucessivas diligências por parte dos órgãos autárquicos, das escolas, dos pais e estudantes para a resolução desta situação. Atualmente, os alunos exigem melhores condições na escola, manifestando preocupação e desagrado pelas salas de aulas, muitas em contentores, não possuírem capacidade para acolher as turmas, já de si com excesso de alunos para um bom desenvolvimento das aprendizagens, queixando-se, simultaneamente, da falta de qualidade das refeições e do seu elevado preço.

O mesmo podemos afirmar relativamente à inexistência de pavilhão desportivo na Escola Secundária com 2.º e 3.º Ciclo Francisco Simões, curiosamente um estabelecimento de ensino com êxito no desporto escolar, onde existe uma forte dinamização desportiva que envolve muitos alunos e professores e que oferece formação na área de apoio técnico à gestão no desporto.

Outra situação prende-se com a reivindicação da construção de uma Escola Secundária na área da Freguesia da Charneca de Caparica, numa zona que carece de ampliação de oferta pública, justificada pela franca expansão do território e existência de uma população jovem que etariamente abrange este patamar de ensino.

Juntando a tudo isto a falta de assistentes operacionais, dificuldades na colocação de professores em diversas disciplinas, técnicos especializados, falta de financiamento, escassez de apoio à ação social escolar, a Escola Pública vê agravada os seus princípios democráticos e de qualidade do Ensino.

Perante estas dificuldades, a Câmara Municipal de Almada assume a sua orientação no quadro das suas competências e programa político, desenvolvendo investimentos na qualificação dos estabelecimentos de ensino, na promoção das atividades de enriquecimento curricular, apoio no fornecimento de refeições, reforço do apoio social escolar e na oferta de manuais e materiais escolares aos alunos dos primeiros anos (1.º e 2.º ano) do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública.



Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2016, delibera:

1. Exigir que sejam invertidas as medidas mais gravosas, de modo a recuperar o reforço das necessárias políticas de apoios e ação social escolar, recursos humanos (professores, técnicos especializados e assistentes operacionais) adequados às necessidades do sistema e garantam a participação da comunidade educativa;
2. Reafirmar a importância da educação e exigir que o Estado cumpra o seu papel, assumindo o reforço do investimento no sistema público de ensino e a adoção de medidas de política educativa que garantam os direitos de acesso e sucesso dos cidadãos;
3. Exigir o cumprimento da Constituição da República pelo princípio de um ensino público gratuito, universal e de qualidade.
4. Congratular-se com as opções do Município com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços educativos;
5. Saudar e solidarizar-se com os professores, alunos, encarregados de educação, técnicos, assistentes operacionais na luta pelas suas reivindicações e direitos;
6. Reafirmar o empenho do Município em acompanhar a situação da educação e seus problemas e contribuir para a sua resolução, no âmbito das suas competências próprias e em articulação com a comunidade educativa.
7. Pugnar pela melhoria das condições dos estabelecimentos de ensino, particularmente na reivindicação da conclusão das obras da Escola Secundária do Monte da Caparica e das construções do pavilhão desportivo da Escola Secundária com 2.º e 3.º Ciclo Francisco Simões e da Escola Secundária na Charneca de Caparica.”

**7.4.2 – O Deputado Municipal João Galdes (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação à Professora e Investigadora Elvira Fortunato e ao Professor Doutor Rodrigo Martins distinguidos pela Academia Europeia das Ciências

A Academia Europeia das Ciências entregou, no passado dia 19 de novembro, em Bruxelas, Bélgica, a Medalha Blaise Pascal para a Ciência dos Materiais referente ao ano de 2016, à Professora e Investigadora Elvira Fortunato, Diretora do CENIMAT/i3N, um centro de investigação de excelência associado ao Departamento de Ciências dos Materiais da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, com sede no Campus da Caparica no Concelho de Almada.

A cerimónia solene de entrega desta importante distinção europeia a uma das mais conceituadas investigadoras do nosso País e da Europa, foi também testemunhada pela Presidência da Câmara Municipal em representação do Município de Almada.

A atribuição deste importante Galardão Europeu a Elvira Fortunato e à sua equipa científica, distingue uma vez mais o trabalho de excelência desenvolvido na área da ciência e da tecnologia, bem como os resultados de excelência obtidos no domínio da investigação e da educação, e assume um significado ainda mais profundo



porquanto é a primeira vez que a Medalha Blaise Pascal é outorgada ao trabalho de investigação desenvolvido por investigador de nacionalidade portuguesa.

A Professora e Investigadora Elvira Fortunato foi já justamente distinguida pelo Município de Almada, que lhe atribuiu a Medalha de Ouro de Mérito e Dedicção no ano de 2007.

A Academia Europeia das Ciências decidiu, igualmente, distinguir o Professor Doutor Rodrigo Martins, Presidente do Conselho do Departamento de Ciências dos Materiais da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa onde se integra a equipa da Professora Elvira Fortunato, com o grau de Académico Membro daquela Academia.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2016, delibera:

1. Saudar vivamente a atribuição da Medalha Blaise Pascal para a Ciência dos Materiais de 2016 à Professora Doutora Elvira Fortunato, diretora de uma das mais importantes equipas de investigação científica portuguesa.
2. Saudar de forma igualmente viva o Professor Doutor Rodrigo Martins, Diretor do Departamento de Ciências dos Materiais da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, pela sua integração enquanto Académico na importante Academia Europeia das Ciências.
3. Sublinhar o profundo significado para Almada, para os Almadenses, para a Instituição Universitária de referência que é a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa instalada no Campus da Caparica, e para o Município no seu conjunto, o reconhecimento científico internacional por uma das mais credenciadas instituições europeias no domínio da investigação científica, dos contributos para a ciência e tecnologia, e para a promoção da excelência na investigação e da educação da Professora e Investigadora Elvira Fortunato, da sua equipa e do Diretor do Departamento Científico em que se inserem, um reconhecimento que confirma a elevadíssima qualidade do trabalho de investigação desenvolvido no Campus Universitário da Caparica por esta equipa de cientistas de elevadíssima qualidade mundial.
4. Reiterar à Professora e Investigadora Elvira Fortunato, a toda a sua equipa de investigação, ao Professor Rodrigo Martins e à Faculdade de Ciências e Tecnologia, o mais vivo reconhecimento institucional pela extraordinária valia que o contributo do seu trabalho representa para o aprofundamento do conhecimento e do saber em Almada, no país e em todo o mundo, e as mais vivas felicitações por este novo reconhecimento internacional agora outorgado.”

**7.4.3 – O Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu abstenho-me de ser muito exaustivo na Moção, ela é bastante clara, certamente no debate teremos ocasião de destacar um pouco mais o tema, até porque temos outra Moção sobre esta temática. Dar apenas nota de que é uma situação que como todos nós sabemos se vem manifestando há vários anos, já atravessou governos digamos assim, e nesse sentido e passando diretamente para a parte deliberativa:

Pelo Reinício Imediato das Obras na Escola Secundária do Monte da Caparica





A situação de degradação das condições de funcionamento da Escola Secundária do Monte da Caparica deve preocupar o concelho de Almada e os seus responsáveis políticos, os quais têm a necessária obrigação de pugnar por uma imediata resolução dos problemas encontrados.

As obras de requalificação daquela Escola encontram-se blindadas há vários anos, por força da necessidade de interromper acréscimos de despesa no âmbito do passado Programa de Assistência Financeira à República, não tendo reiniciado findo aquele Programa. Porém, se a reconsideração destas obras, no contexto de despesas faraónicas por parte da Parque Escolar, pudesse fazer momentaneamente sentido, com vista a promover a racionalização de recursos, é inaceitável que se tenha abandonado uma comunidade educativa perante a situação que esta agora vive. No mesmo sentido, se foram políticas irresponsáveis e até injustas, como as ligadas à Parque Escolar, que conduziram Portugal à necessidade de assistência financeira internacional, não deve o Estado ser cego na ponderação da situação vivida no Monte da Caparica, nem tão pouco esquecer as difíceis condições que ali se vivem.

Apesar dos esforços desenvolvidos por várias forças políticas, continua a Escola Secundária do Monte da Caparica ou perdida na burocracia do Estado, ou na inatividade política dos Governantes, ou na mera ausência de vontade política. Será importante lembrar agora que, e sendo este discurso recorrente pelo Governo da República, foram já ultrapassados os constrangimentos financeiros impostos ao Estado português, i.e., avaliando pelo discurso do Governo, há naturalmente recursos para terminar a requalificação. No entanto, após um ano de Governo, esta continua ainda na gaveta, não podendo concluir-se outra coisa que não seja que não existe, por parte do Governo, vontade política de tornar este processo rápido e urgente.

A Assembleia Municipal de Almada deve estar junto dos alunos, pais, professores e funcionários que todos os dias enfrentam situações de degradação que envergonhariam qualquer país do mundo desenvolvido.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 28 de novembro de 2016, delibera:

Solicitar ao Governo informação relativa à calendarização das obras na Escola Secundária do Monte da Caparica, com data de reinício e de conclusão;

Exigir junto do Governo o imediato reinício da requalificação e a sua conclusão a tempo do novo ano letivo de 2017/2018.”

#### **7.4.4 – O Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação Eleição de António Guterres como Secretário-Geral das Nações Unidas

A 13 de outubro de 2016 a Assembleia Geral das Nações Unidas elegeu por unanimidade e aclamação António Guterres como Secretário-Geral das Nações Unidas.

Tomará posse do cargo, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, no dia 1 de janeiro de 2017, para um mandato de 5 anos.

Proveniente de uma família beirã, António Guterres revelou-se um excelente estudante ao longo de todo o percurso escolar, tendo-se licenciado em Engenharia Eletrotécnica, no Instituto Superior Técnico.



Durante a universidade, Guterres dedicou-se à militância social, integrando a JUC - Juventude Universitária Católica.

António Guterres aderiu ao Partido Socialista em 1973.

Logo após o 25 de Abril, nos I, II e III Governos Provisórios, exerceu funções de chefe de gabinete.

Em 1976, foi eleito deputado na sequência das eleições legislativas desse ano, ganhas pelo PS, tendo ao longo da sua carreira como deputado desempenhado funções como presidente das comissões parlamentares de Economia e Finanças (1977-1979) e de Administração do Território, Poder Local e Ambiente (1985-1988). Presidiu também à comissão de Demografia, Migrações e Refugiados da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (1983).

Foi eleito cinco vezes presidente da Assembleia Municipal do Fundão, cargo que exerceu de 1979 até 1995.

Em 1992, foi eleito secretário-geral do PS. Venceu depois com maioria relativa as eleições legislativas de 1995 e de 1999, chefiando os XIII e XIV Governos Constitucionais, ambos minoritários e formados exclusivamente pelo PS.

Presidiu à Internacional Socialista, entre 1995 e 2000.

Foi nomeado para o cargo de alto comissário das Nações Unidas para os Refugiados em 2005, cargo que desempenhou durante 10 anos.

A eleição de António Guterres como Secretário-Geral das Nações Unidas ocorreu na sequência de um longo processo realizado nas Nações Unidas, com sucessivas audições, debates e votações, sempre vencidas com enorme brilhantismo e sucesso, afirmando a sua capacidade de liderança e a solidez das suas convicções de paz, de cooperação e de respeito pela igualdade entre Estados soberanos e independentes.

António Guterres, como Secretário-Geral da ONU, é a garantia maior de um trabalho em prol de uma ordem internacional com menos conflitos, com apoio empenhado às populações perante crises humanitárias, e com um esforço efetivo e conseqüente pela segurança e pela paz entre Povos e Nações.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida a 28 de novembro de 2016, congratula-se vivamente com a eleição de António Guterres como Secretário-Geral das Nações Unidas, certa que interpreta o orgulho e a emoção sentidos por todos os portugueses em geral e os almadenses em particular.”

#### **7.4.5 – O Deputado Municipal Nuno Avelar Pinheiro (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

##### **7.4.5.1 – Moção/Saudação Participação do KSPA no 18º Campeonato Mundial FSKA-Bombaim-India 2016**

Realizou-se entre os dias 23 e 25 de Setembro o 18º CAMPEONATO MUNDIAL FSKA-BOMBAL- INDIA 2016, o qual contou com a presença de Portugal de 1300 Atletas, 40 Árbitros em representação de 10 Países: Portugal, África do Sul, Inglaterra, Rússia, Ucrânia, Cazaquistão, Sirilanka, Quênia, França e Índia.

Neste campeonato a equipa do KPS – Karaté-Do Portugal Shotokan obteve os seguintes resultados:

Paulo Cruz: 3 Medalhas de Ouro e 1 de Prata

João Rodrigues: 2 de Ouro 1 de Prata e 1 de Bronze

Ricardo Simões: 3 de Ouro 1 de Prata



Vasco Sequeira: 2 Medalhas de Ouro 1 de Prata e 2 de Bronze

Mário Gomes: 1 Medalha de Prata

Ricardo Vieira: 5 Medalhas de Ouro 2 de Prata

Ivo Ferreira. 5 Medalhas de Ouro 2 de Prata

Joana d'Antas Venâncio: 1 Medalha de Ouro 1 de Prata e 1 Bronze

Rodrigo Remédios: 3 Medalhas de Ouro

De salientar o trabalho da restante comitiva, nomeadamente a Mestre Cristina A. Mendes.

Estes resultados refletem o trabalho desenvolvido desde há anos pelo KPS quer na formação de crianças e jovens, como na alta competição.

Reunida em 28 de novembro de 2016 a Assembleia Municipal de Almada saúdam o KPS e os seus atletas, pela conquista destes importantes títulos, congratulam-se pela conquista destes importantes títulos e incentivam à continuação deste trabalho que enriquece o Concelho de Almada.”

#### **7.4.5.2 – Moção/Saudação Nuno Saraiva recebe o prémio Amadora BD 2016**

Nuno Saraiva recebeu o prémio Amadora BD.

Filho de famílias almadenses, residiu em Almada durante toda à infância, juventude e parte da idade adulta

Este é mais um prémio que marca um percurso relevante na ilustração e banda desenhada, que se iniciou muito jovem com o álbum *Os Dias de Bartolomeu* em 1998.

Com Júlio Pinto, concebeu a série *Filosofia de Ponta*, publicada em O Independente e depois reunida em três volumes (Editora Contemporânea, 1995, 1996 e 1997 e Circulo de Leitores, 1997). Da colaboração entre os dois autores surgiram também os álbuns *Arnaldo, o pós-cataléptico* (Editora Contemporânea, 1999) e *Guarda Abília* (Editora Contemporânea, 2000);

Em nome próprio, Saraiva publicou obras como *Os Dias de Bartolomeu* (Asa, 1989), *Zé Inocência, As aventuras extra ordinárias de um falo barato* (Baleia Azul, 1997), *Body & Soul* (Bedeteca de Lisboa, 2001) ou GNR, série pop-rock português (TugaLand 2012);

No universo do voluntariado é membro da Associação Renovar a Mouraria, em cujo jornal, Rosa Maria, publica a série em bd “A vida em rosa”;

Atualmente publica na revista do jornal Sol a banda desenhada "Tudo isto é Fado!", numa coprodução com a CML/EGEAC e o Museu do Fado.

Assinou várias capas para a editora Leya; e ilustra regularmente no suplemento Ípsilon do Público. É com uma capa para este suplemento que acaba reconhecido pelo prestigiado Prémio Stuart/El Corte Inglés de 2010 na categoria de melhor Ilustração Editorial.

Em 2009 ilustrou a Sardinha das festas de Lisboa (Egeac, CML). Para as Festas de Lisboa de 2014, foi o autor da imagem do programa e artista convidado para criação de caligrafia da exposição “Que Sardinha és tu?” na galeria do Grupo Millenium/BCP, a convite da EGEAC.



Colaborou com seis desenhos para o aclamado filme "Fados", a mais recente obra do realizador espanhol Carlos Saura; no mesmo tipo de adereços participou também na peça "Fado - História de Um Povo", de Filipe La Féria, em cena no Salão Preto e Prata do Casino Estoril.

A convite do CNC - Centro Nacional de Cultura, com Guilherme d'Oliveira Martins, prepara para 2015 um livro desenhado sobre o Barroco Mineiro, no âmbito da embaixada cultural "Brasil Barroco, Brasil de Sempre".

Recentemente no campo editorial publicou com João Miguel Tavares "A Crise explicada às crianças" (Esfera dos Livros) com recente versão Grega (Patakis Publications); foi autor, com Paula Cardoso, da coleção de cromos da caderneta "Eusébio - a vida e a carreira"; ilustrou o livro "Caríssimas 40 canções - Sérgio Godinho e as canções dos outros" (edições Abysmo); ilustrou o conteúdo do jogo de tabuleiro "Vem aí a Troika" com versões em português (Tabletip Games), espanhol (Devir Ibéria) e grego (CDC); "Isto é um Assalto" com Francisco Louçã e Mariana Mortágua (editora Bertrand), "Aníbal Milhais - o soldado Milhões", texto de José Jorge Letria (Editora Pato Lógico) e "O Homem que era Salazar" (Planeta Manuscrito).

É docente de vários workshops nos cursos de ilustração e banda desenhada na escola Ar.Co - centro de arte e comunicação visual, entre os quais cartoon político e onde recentemente introduziu o primeiro workshop de banda desenhada erótica em Portugal; na escola MArt - espaço de projeto, aprendizagem e experimentação artística, organiza os cursos de ilustração e Banda desenhada.

Sobre presenças e colaborações exteriores, esteve representado, entre outras, nas exposições:

"Perdus dans l'Océan", Festival internacional de BD de Angoulême, 1998;

"I Festival internacional de humor e quadrinhos de Pernambuco", Recife, Brasil, 1999;

"Para lá dos Olivais", Forum Cap Mag, Paris, 1999;

"Le Portugal et la BD", Bruxelles, Centre Belge de la Bande Dessinée, 2000;

"Jogo da Glória- O século XX malvisto pelo desenho de humor", palácio da cidadela de Cascais, Museu da Presidência da República, 2010;

"Tinta Nos Nervos", no Museu Coleção Berardo, 2011;

"10 anos, 10 ilustradores" no museu da marioneta, Lisboa, 2012;

Recentemente tem colaborado com a Casa da Cerca em Workshops que tem tido grande sucesso.

Reunida a 28 de novembro de 2016 a Assembleia Municipal de Almada congratula-se e saúda o artista Nuno Saraiva pela atribuição do Prémio Amadora BD 2016."

**7.4.6** – O Sr. Deputado Municipal José Ricardo Martins – Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A segurança dos banhistas que frequentam as praias constitui para além de uma obrigação legal, um desiderato de todas as entidades com responsabilidade direta e indireta na prossecução da proteção de vidas humanas.

Como é consabido, a Costa de Caparica possui a maior extensão de praias da região da grande Lisboa sendo procurada por milhões de pessoas todos os anos.



A época balnear deste ano começou com algumas dificuldades, devido à falta de nadadores salvadores, sendo preciso implementar um modelo de plano integrado diferente do que normalmente é habitual. E não obstante alguma apreensão no modelo proposto e adotado, o que é certo é que nunca os resultados referentes à atividade de segurança nas praias, durante a época balnear, foram tão positivos.

Graças à abertura das diversas entidades e no sentido de obviar o impasse por parte do ISN (e a falta de nadadores salvadores), este modelo assentou na atribuição das funções de vigilância e segurança de praias da frente urbana da Costa de Caparica à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, permitindo que a ação desta última viesse colmatar lacunas de segurança existentes.

E, como referido, analisando os relatórios de segurança referentes à época balnear, os resultados foram de grande relevância positiva, não ocorrendo qualquer situação de perda de vida humana, tendo sido realizados cerca de 300 operações de salvamento só na frente urbana.

Este modelo, graças aos resultados alcançados, e à excelência com que foi prosseguido, mais que um modelo de carácter temporário deverá ser permanente.

Torna-se essencial reconhecer as especificidades da Costa de Caparica, cujas praias têm grande afluência e são utilizadas fora e muito antes do início e fim do período oficial da época balnear, sendo necessário estender este modelo ao resto do ano.

Os resultados obtidos têm natural repercussão na vida económica e no desenvolvimento turístico nesta freguesia. Maior segurança implica maior número de visitantes, melhor promoção do local a visitar e maior argumento para a escolha do destino turístico.

Neste sentido, considerando os resultados obtidos, e o sucesso do modelo implementado.

Considerando que esses resultados têm importante e direta repercussão económica e social na Costa de Caparica, face ao maior fluxo de turistas.

Propõem-se a esta Assembleia o seguinte:

- 1) Continuação do modelo implementado este verão na frente urbana de praias, e que o mesmo seja alargado ao resto do ano em toda a extensão das praias da nossa frente atlântica;
- 2) Seja elaborada alteração legislativa que permita às associações não denominadas de Nadadores Salvadores, como as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários, desempenhar funções de vigilância e salvamento nas praias.”

**7.4.7 – O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

**7.4.7.1 – Voto de Protesto Manifestação Racista e Xenófoba**

No dia 13 de novembro de 2016 teve lugar, no Martim Moniz, em Lisboa, uma manifestação promovida, entre outras, pela Associação Solidariedade Imigrante Defesa dos Direitos dos Imigrantes, visando reclamar alterações ao regime de legalização de imigrantes em Portugal.



Na mesma hora e local realizou-se uma manifestação promovida pelo Partido Nacional Renovador contra a “legalização de imigrantes” e pela defesa dos “direitos dos portugueses”, sendo gritados insultos racistas e xenófobos e executada a saudação nazi e fascista por vários elementos presentes na manifestação promovida por aquele partido.

Com o encontro das duas manifestações geraram-se incidentes que levaram à detenção de um dirigente do Partido Nacional Renovador, tendo posteriormente a sede do partido Livre sido cercada por militantes do Partido Nacional Renovador, sem consequências de maior face à intervenção policial.

De resto, a conduta dos participantes na manifestação promovida pelo Partido Nacional Renovador demonstrou sentimentos xenófobos e intolerantes, valores que são expressamente repudiados pela Constituição da República Portuguesa, que chega a proibir a existência de associações (e consequentemente partidos políticos) de carácter racista e fascista (artigo 46.º, n.º 4 da Constituição da República Portuguesa).

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 28 de Novembro de 2016, delibera:

1. Repudiar e condenar toda e qualquer manifestação de carácter violento, racista ou xenófobo, designadamente a promovida pelo Partido Nacional Renovador no dia 13 de novembro de 2016;
2. Repudiar os comportamentos violentos levados a cabo por participantes na manifestação promovida pelo Partido Nacional Renovador em 13 de novembro de 2016, manifestando a sua solidariedade com todos os participantes na manifestação promovida no mesmo dia pela Associação Solidariedade Imigrante Defesa dos Direitos dos Imigrantes e outras;
3. Repudiar o cerco à sede do Livre levado a cabo por participantes na manifestação promovida pelo Partido Nacional Renovador em 13 de novembro de 2016, manifestando a sua solidariedade com aquele partido político.
4. Solidarizar-se com a luta dos e das imigrantes na sua busca por melhores condições de vida.”

#### **7.4.7.2 – Moção/Deliberação Em defesa do património e da memória**

Quem percorrer a Avenida António José Gomes, na Cova da Piedade, além da dificuldade em encontrar a placa toponímica que identifica esta avenida que liga o Largo 5 de Outubro à Avenida Povo MFA, passa pela Antiga Escola António José Gomes sem se aperceber que ali está uma Escola Primária fundada em 1911 logo após a implantação da República.

Trata-se de uma Escola com 105 anos de existência que se destinava apenas ao sexo masculino, correspondendo à visão do poder instituído nesse tempo, que separava os meninos e as meninas em Escolas diferentes.

Falamos de uma Escola centenária por detrás de árvores que crescem e escondem este património que merecia ser tratado com mais atenção e servir para iniciativas de carácter cultural.

Esta moção que agora apresentamos no seguimento de outras chamadas de atenção para este facto é um apelo para que seja feita uma intervenção e que seja de facto encontrada uma solução para que esta Escola Centenária seja colocada ao serviço da População.

Acreditamos que todas e todos estamos de acordo que preservar a memória é também respeitar o presente e



perpetuar o agradecimento dos e das Piedenses ao Industrial António José Gomes que financiou a criação desta Escola e que por ter falecido em 1909 não chegou a vê-la em funcionamento, tendo sido a viúva Maria Soares da Rocha Gomes a concretizar a obra, considerada na altura como a melhor Escola Primária do Concelho de Almada. Assim a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária, em 28 de Novembro de 2016, delibera:

– Apelar à CMA de Almada que se ocupe desta matéria e encontre uma solução digna para este património.”

**7.4.8 – A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação As populações exigem mais e melhores transportes públicos

O serviço prestado pela TST não satisfaz as necessidades das populações do nosso concelho.

Por diversas vezes a Assembleia Municipal de Almada expressou já a sua profunda preocupação pela degradação da qualidade da oferta desta empresa prestadora de um serviço público essencial para a mobilidade das populações.

Para além da diminuição de carreiras, alterações nos percursos, incumprimento de horários e uma frota envelhecida, sem conforto nem higiene, os utentes são com frequência confrontados com avarias das viaturas durante os trajetos, obrigando-os muitas vezes a ter que as abandonar com os naturais transtornos e atrasos que tal situação acarreta.

Muitas viaturas em uso pelos TST não dispõem das adaptações necessárias para o transporte em segurança e com qualidade de utentes portadores de deficiência motora, ou mesmo de um simples carro de bebé.

Esta realidade, para além das posições da Assembleia Municipal, foi objeto de comunicação pela Comissão de Utentes de Transportes da Margem Sul, numa sessão do Congresso Almada, no dia 2 de outubro, merecendo o apoio da generalidade dos utentes presentes.

Tem vindo a crescer, em consequência desta realidade negativa, o número de reclamações e insatisfação pelo mau serviço prestado pela TST.

Nesse quadro, a concentração realizada no dia 23 de novembro convocada pela Comissão de Utentes de Transportes da Margem Sul, mereceu o apoio de eleitos no Poder Local, Movimento Associativo Popular, comissões de moradores, dirigentes sindicais e membros de Comissões de Trabalhadores e da Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes, tendo sido muito participada.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 28 de novembro de 2016 decide:

- a) Manifestar apoio e a sua solidariedade aos utentes e suas lutas na exigência de mais e melhores transportes públicos.
- b) Reclamar da Administração da TST que cumpra um serviço de transporte público eficiente, com qualidade e segurança.
- c) Recomendar à Câmara Municipal de Almada que, no âmbito das competências delegadas na Área Metropolitana de Lisboa, sejam tomadas medidas urgentes com vista ao cumprimento do serviço público de qualidade para satisfação das necessidades das populações.”



**7.4.9 – O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Funcionamento da SOVENA

As condições de funcionamento das instalações da fábrica de óleos propriedade da empresa Sovena, instalada Palença de Baixo, Pragal, tem justificado a expressão pública de inúmeras preocupações e queixas relativas a diferentes fatores ambientais, que afetam essencialmente a qualidade de vida das populações residentes na área, mas afetam igualmente populações mais distantes no que, por exemplo, aos maus odores diz respeito.

A partir de 2013, a empresa proprietária daquelas instalações fabris desenvolveu um processo que visava o alargamento da sua área de produção no Concelho de Almada, através da realocização em área adjacente à atual fábrica de uma unidade de embalagem e uma unidade de refinação de óleos de girassol, atualmente em funcionamento no Barreiro, e que implicariam a construção de instalações de armazenagem de apoio às novas operações, nomeadamente tanques de óleos crus, óleos refinados, azeites e tanques de apoio, e sete novos silos idênticos aos já existentes na frente ribeirinha, correspondendo a um aumento da capacidade de armazenagem de 40.000 m<sup>3</sup> face aos atuais cerca de 186.000 m<sup>3</sup> disponíveis.

Em março e abril de 2014 decorreu o processo de consulta pública deste projeto nos termos da legislação aplicável, para cujo Relatório Final entregue à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) foram carreados diversos contributos de cidadãos e instituições, entre os quais um parecer elaborado pelos serviços competentes da Câmara Municipal de Almada, aprovado por unanimidade na reunião da Câmara Municipal de 7 de maio de 2014.

O parecer emitido pela Câmara Municipal de Almada foi negativo, considerando que o Estudo de Impacto Ambiental elaborado no seu âmbito revela debilidades e omissões ao nível do tratamento de alguns descritores ambientais, avaliação de riscos e necessária definição de medidas cautelares para a sua mitigação.

Além disso, sublinhava o parecer emitido pela Câmara Municipal de Almada que a plena execução do projeto em causa, na configuração apresentada, não respeitaria a Reserva Ecológica Nacional e suas condicionantes ambientais, conflituava com os instrumentos de gestão do território eficazes e outros planos e estratégias municipais para aquela área do território, e possui impactos ambientais cumulativos de significativa importância e dimensão.

Considera igualmente o parecer aprovado por unanimidade na Câmara Municipal que o que seria expectável relativamente a este projeto, era a promoção de, e citamos, *“impactos positivos, assentes numa solução de projeto bem ponderada e respeitadora dos valores ambientais em presença, suscetíveis de ponderação com vista à sua viabilização. No entanto, independentemente das vantagens óbvias para a empresa, resultantes da concentração de componentes hoje separadas, esta concentração não acarreta a criação de novos postos de trabalho ou de novas valências geradoras de riqueza para a região”*.

Importa ainda atender ao facto da área de implantação do projeto se localizar em zona natural, ecologicamente e paisagisticamente rica, tendo na sua proximidade diversos equipamentos de utilização pública, designadamente a





Pousada de Juventude (a 500 metros de distância), o Centro de Desenvolvimento da Criança Professor Torrado da Silva (a 660 metros) e os Bairros Residenciais do Fundo de Fomento e do Miradouro (a 500 metros), para além das instalações das Infraestruturas de Portugal e o Hospital Garcia de Orta situada igualmente muito próximas do local, assim como a própria Freguesia do Pragal e o seu Bairro do Matadouro.

A atividade desenvolvida pela empresa ao longo destes anos tem determinado, igualmente, a circulação intensa de veículos pesados, os quais atravessam uma área residencial com inúmeros inconvenientes designadamente ao nível da segurança rodoviária e dos moradores, mas igualmente ao nível do estacionamento indevido dos veículos pesados nas imediações das instalações da empresa, em espaço público ao longo da via de acesso, que transformam com frequência em local de espera para acesso às instalações.

No entanto importa declarar que ao interesse económico da atividade empresarial associada ao projeto devem ser considerados os fortes condicionamentos ambientais que se colocam ao alargamento da área industrial da SOVENA no Concelho.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 28, 29 e 30 de novembro, delibera:

1. Reiterar o empenho e interesse municipal na promoção das necessárias condições para instalação no território do Concelho de Almada de atividades económicas de natureza diversa que contribuam para o desenvolvimento, o bem-estar e a criação de postos de trabalho com qualidade no Concelho.
2. Reiterar, tendo presente a laboração atual do complexo da SOVENA em Palença de Baixo-Pragal, a necessidade de medidas de mitigação dos impactos ambientais que no presente afetam a qualidade de vida das populações.
3. Reiterar o princípio de defesa intransigente da preservação e valorização dos valores ambientais naturais e da qualidade de vida das populações em todos os domínios – qualidade do ar, da água, dos solos e do ambiente urbano em geral.
4. Reiterar, em consequência, o parecer negativo ao projeto apresentado de alargamento da área industrial da Sovena na zona de Palença de Baixo, Pragal, por manifesto desrespeito face aos valores ambientais naturais e da qualidade de vida das populações
5. Reiterar a importância da construção de uma solução de projeto para as instalações e atividades industriais em causa que tomando em atenção as legítimas aspirações do promotor da indústria, valorize equilibradamente os valores ambientais a preservar e os igualmente legítimos interesses das populações do Concelho de Almada e da sua qualidade de vida.”

**7.4.10 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Alexandra Correia (PAN):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Tendo presente os recentes manuais, quer sobre a alimentação vegetariana em idade escolar<sup>1</sup>, quer sobre o planeamento de refeições vegetarianas para crianças em restauração coletiva<sup>2</sup>, publicados pela Direção-Geral de Saúde, integrado no Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável.



Considerando ainda que:

- 1) Existe um cada vez maior número de pessoas/famílias a optarem por uma dieta vegetariana, seja por motivos ligados ao bem-estar animal, por procurarem alternativas alimentares mais saudáveis, por motivos espirituais e religiosos ou ambientais;
- 2) Uma dieta vegetariana bem planeada é considerada como apropriada para indivíduos de todas as idades do ciclo da vida, incluindo o período da gravidez e amamentação, a infância, a idade escolar e a adolescência, pois é considerada saudável e nutricionalmente adequada;
- 3) Está plenamente provado e demonstrado que não só tal dieta não é prejudicial à saúde, como a sua adoção é uma importante e decisiva contribuição para uma vida mais saudável.
- 4) Deverá ser consagrada a liberdade de escolha na alimentação, o que não acontece quando existem nas cantinas apenas opções de carne ou de peixe;
- 5) O aumento da opção por uma dieta vegetariana tem implicações diretas sobre a melhoria geral do ambiente, pois a obtenção de produtos de origem animal é um dos principais elementos causadores do aumento de gases que provocam o efeito de estufa, representando, segundo dados da ONU, cerca de 51% destas emissões;
- 6) É possível a produção de refeições vegetarianas a custos similares às refeições convencionais (não vegetarianas), superando-se assim os fatores preço e dificuldades de gestão, que têm sido frequentemente evocados como obstáculos à introdução de ementas vegetarianas na restauração coletiva;

A Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2016, delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada que:

- Nas cantinas escolares públicas do Concelho de Almada, passe a fazer parte das opções diárias, nas diversas refeições fornecidas por essas cantinas (pequeno-almoço, lanches e almoço), alimentos contemplando a dieta vegetariana, recomendando-se que se sigam as orientações citadas nos documentos citados, baseando-se nos exemplos apontados nos mesmos.”

**7.5** - No debate dos documentos apresentados usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais: António Pedro Maco, Luísa Ramos, José Ricardo Martins, José Joaquim Leitão, Carlos Guedes, Nuno Matias, Pedro Matias, Paulo Viegas, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

**7.5.1** – O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Por parte do CDS-Partido Popular, apenas dar indicação que o CDS vai votar favoravelmente todos os documentos apresentados à exceção da abstenção de um documento por parte da CDU. E começando então relativamente à CDU, o documento apresentado relativamente às escolas, o CDS-PP vai votar favoravelmente, contudo eu penso que tendo em conta o corpo deste mesmo documento e a parte, não só a parte deliberativa como também a parte em que expõe os considerandos relativamente a esta mesma Moção, o CDS-PP faz aqui apesar de outros que podiam ser feitos, mas deixa aqui apenas um reparo. Acho que pode ser chegada a altura de se começar a



pensar efetivamente na municipalização, neste caso da educação. Ou seja, aproveitar esta alavanca que está a ser disponível para que efetivamente os municípios possam ter mais responsabilidades, mais atribuições, mais competências, como é evidente acompanhado dos envelopes financeiros e tudo aquilo a que têm direito, para que os municípios possam prosseguir e se possa prosseguir em Portugal uma verdadeira descentralização e atribuição de competências para os Municípios. Também não só para responsabilizar os mesmos, mas também estando os Municípios mais próximos dos cidadãos para que possam neste caso compreender e ouvir mais de perto as pessoas e talvez resolver permanentemente estes problemas que são aqui apresentados por parte desta Moção da CDU.

Ainda relativamente aos documentos apresentados pela CDU. Em relação ao funcionamento da SOVENA, o CDS-PP vai-se abster. Vai-se abster porquê? Esta Moção deu entrada na sexta-feira e isto é uma das lacunas digamos assim que o CDS-PP entende, já na altura da revisão do Regimento o CDS-PP entendeu que deveria ser dado um espaço muito maior entre a receção dos documentos, no dia anterior até ao dia da respetiva Assembleia Municipal para que os Deputados Municipais possam ter mais informações, nomeadamente esta questão e eu gostaria, o CDS-PP gostaria de ouvir também da parte da SOVENA o que é que tem a dizer relativamente a este problema que à partida é identificado primeiramente pelo odor que muitas das vezes os habitantes da zona do Monte da Caparica e inclusivamente até do Pragal se apercebem relativamente ao que se poderá estar a passar na SOVENA. Mas de qualquer forma gostaria de perguntar relativamente aos proponentes da mesma Moção, visto que o CDS-PP ficou sem perceber o que e que se pretende da parte deliberativa relativamente, pretende-se o fecho da empresa? Pretende-se desloca-la dentro do Concelho? É que estão em causa ou poderão estar em causa postos de trabalho e portanto todos aqueles benefícios que esta empresa tem e pode dar relativamente para o Concelho de Almada.

A Moção da CDU que eu quero deixar aqui também alguma consideração é relativamente aos transportes públicos. E estando mesmo aqui junto da TST, quero mais uma vez reiterar o empenho que a Assembleia Municipal tem tido nomeadamente a 4ª Comissão que tem tido relativamente a este problema que é um problema de todo o Concelho e deve-se dizer que a TST nesse caso consegue fazer o pleno de juntar todas as Bancadas em discordância e em defesa dos direitos dos utentes e dos almadenses relativamente a esta situação. É uma situação que tem sido bastante recorrente, tem vindo a ser recorrente ao longo dos tempos, está a degradar-se cada vez mais o serviço prestado pela TST. Em todas as Assembleias Municipais têm vindo Moções a reiterar este mesmo problema, mas parece que o serviço continua a degradar-se consideravelmente e eu apelo aqui também à Sr.ª Presidente da 1ª Comissão para que a mesma possa reunir brevemente para que a Comissão possa tomar então medidas e arranjar-se novas formas de luta, digamos assim, para que este problema seja de uma vez resolvido.

Relativamente às Moções apresentadas pelo Partido Socialista, quero deixar nota também relativamente à Moção sobre a Costa da Caparica. Numa altura destas ainda estarmos a falar, e o CDS-PP vai votar de qualquer forma a favor desta mesma Moção, mas numa altura destas ainda se estar a falar da organização da



reorganização dos nadadores salvadores e da época balnear, vê-se perfeitamente o estado em que a Costa da Caparica está de há 41 anos para cá. Portanto nesta altura ainda estarmos a falar deste problema quando devíamos estar a falar se calhar da competitividade, da promoção que a Costa da Caparica tem por exemplo em relação com a Costa do Estoril, ainda estamos 20 anos atrasados, 30 anos atrasados, ainda estamos aqui a debater as questões dos nadadores salvadores. Portanto, nós entendemos que desta forma, não é desta forma que se resolvem os problemas relativamente à Costa da Caparica. É sintomático e temos de reconhecer que não havendo problemas ao nível dos banhistas é perfeitamente positivo, agora também achamos exagerado quando aqui dizem que, nesta mesma Moção, que por causa disso toda a economia da Costa da Caparica está a melhorar. Enfim, com certeza que é bom termos segurança relativamente aos banhistas, é uma forma de atrair turistas, mas não é a única de forma alguma, estamos muito longe daquilo que é e que deve ser uma estância balnear desenvolvida como é a Costa da Caparica.

O documento apresentado ainda pelo Partido Socialista relativamente a António Guterres, como é evidente o CDS-PP saúda e deseja ao novo Secretário-Geral das Nações Unidas que tenha um sucesso tremendo relativamente a uma pasta bastante enriquecedora, mas pelo menos que faça um melhor trabalho que fez quando deixou o País.

Em relação às Moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda. O Voto de Protesto manifestação racista e xenofobia. Como é evidente o CDS-PP vai-se juntar também com voto favorável a esta mesma Moção, no entanto gostaria de deixar algumas considerações. Repudiamos qualquer ato violento racista e xenófobo que venha de que Partido, Força Política e de que manifestação se trate, mas não podemos esquecer que relativamente a essas manifestações, quer esta relativamente ao PNR, quer relativamente a outras manifestações é sempre, e o CDS-PP estará sempre contra qualquer tipo de violência e de manifestação, seja ela contra as forças policiais, seja ela contra a propriedade privada, seja ela contra as sedes partidárias que hoje em dia devo também aqui relembrar ainda acontece vandalismo e este tipo de atos relativamente às sedes do CDS-PP e ainda há pouco tempo relembrámos o 25 de novembro, relembrámos o 25 de Abril e portanto penso que esta Moção podia muito bem estender-se a todos os tipos de violência e a todos os tipos de manifestações que não sejam democráticas e que vão contra o espírito da liberdade e da democracia que está previsto na Constituição Portuguesa.

Em relação à Moção também apresentada pelo Bloco de Esquerda em Defesa do Património e da Memória, iremos votar favoravelmente também e também está aqui mais um espelho de que existe muito património histórico esquecido no nosso Concelho.

Vamos votar favoravelmente a Moção do PSD e também uma Moção muito bem vinda relativamente à opção vegetariana nas cantinas das Escolas Públicas, votaremos a favor é sempre uma Moção bem vinda.”

**7.5.2 – A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O sentido de voto pela Bancada da CDU, nós gostaríamos de colocar à consideração do PSD, se estão disponíveis para na vossa Moção “Pelo reinício imediato das obras na Escola Secundária do Monte de Caparica”, que a



votação se faça, não tem pontos mais eu diria parágrafos, na parte explicativa, e se estão disponíveis para no primeiro parágrafo na segunda linha, onde diz: “deve”, propomos acrescentar “continuar a preocupar o Concelho de Almada e os seus responsáveis”. E deve continuar porque parece conforme está escrito que até agora a Assembleia Municipal não tomou posições ao longo dos tempos, e nós tomámos. E acrescentar o primeiro parágrafo ficaria “ a situação de degradação das condições de funcionamento da Escola Secundária do Monte de Caparica, deve continuar a preocupar o Concelho de Almada e os seus responsáveis, e deve determinar ao Governo da República a urgente conclusão das obras de requalificação”. No quarto parágrafo, onde “deve estar” também aqui acrescentar “deve continuar”.

Relativamente às Moções do Partido Socialista, sobre a eleição de António Guterres, não temos nada a dizer. O Sr. Presidente da Assembleia já chamou atenção para a participação do KSPA, que também nós entendemos que deve ser incluído o Mestre José Chagas.

O Nuno Saraiva e o Prémio da Amadora, nada a dizer.

Já agora relativamente à questão da Moção do PS, o documento nº 9. Efetivamente há uma experiência positiva, consideramos já agora que a Câmara participou inclusivamente com apoios financeiros aos Bombeiros para que isto tivesse acontecido, todavia achamos que não deve ser esta Assembleia Municipal a dizer o que é que os Bombeiros têm que fazer. E portanto, o que nós propomos é que baixe à Comissão para podermos trabalhar de forma mais aprofundada e de uma forma mais efetiva, porque há aqui recomendações que me parece um bocado excessivo ser a Assembleia Municipal a colocar.

Nas Moções do Bloco de Esquerda, nada a opor.

Uma proposta de alteração na Moção nº 11, onde se diz que “em defesa do património e da memória”, de facto o que hoje existe nesta escola não é propriamente um armazém qualquer, esta Escola está a servir de retaguarda a materiais dos museus, temos indicação que este vai sair de lá em 2017, e portanto a proposta que nós temos para colocar ao Bloco de Esquerda é na parte deliberativa onde diz, “apelar à Câmara” substituir por “manifestar o interesse recomendando à Câmara que encontre o funcionamento, uma solução digna para o funcionamento da Escola”.

Relativamente às outras Moções, Sr. Presidente não temos mais nada a observar, pelo que votaremos favoravelmente.”

**7.5.3 - O Sr. Deputado Municipal José Ricardo Martins – Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só para um esclarecimento em relação à visão estratégica de desenvolvimento turístico da Costa da Caparica, com certeza que nós teremos obviamente uma visão completamente diferente daquela que é a visão do Sr. Deputado do CDS, portanto não me vou pronunciar sobre isso.

Em relação àquilo que aqui foi dito que a segurança poderá não fazer parte daquilo que é o dinamismo turístico da Costa, eu não concordo obviamente, um local que não tenha segurança obviamente que tem influência na escolha das famílias para esse local. O que se pretende com esta Moção é uma coisa tão simples como isto, é uma



alteração à Lei que claramente dá apenas ou promove apenas a segurança das praias às Associações denominadas de Nadadores Salvadores. O que se pretende aqui é que isso seja alargado também às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários. Ou seja, nós este ano, e porquê trazermos esta Moção nesta altura? Porque deve ser agora que se deve preparar a época 2017, a época balnear de 2016 já terminou, mas há que retirar as elações positivas daquilo que foi época 2016 e volto a dizer, tivemos zero mortes este ano, eu falo aqui mais de 300 salvamentos em praia só na frente urbana, porque se juntarmos toda a frente atlântica temos que juntar aqui mais 180 feito pela Associação de Nadadores Salvadores e mais 37 por aquela que é a Associação que opera na Fonte da Telha. O que se pretende aqui é uma alteração à Lei, é pôr uma virgula na Lei, é dizer que “Associação de Nadadores Salvadores e as Associações Humanitárias e alargar este modelo ao resto do ano. Aliás, não é a primeira vez que uma Moção para alargar a vigilância das praias do nosso Concelho e quando falo da nossa Frente Atlântica estou a incluir também uma parte da União de Freguesias da Trafaria e Caparica que tem a ver com a Cova do Vapor. Ou seja, é alargar durante todo o ano a vigilância nas praias, seja com meios humanos, ou seja com meios motorizados. Esta Moção vai nesse sentido, na alteração da Lei. Agora enfim, aquilo que são as dinâmicas turísticas, eu reservo-me a não responder pelo menos aqui neste local à sua visão de desenvolvimento turístico que com certeza terei uma diferente, aliás defendemos coisas diferentes.”

**7.5.4 - O Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Gostaria de me pronunciar em nome do Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista sobre o conjunto dos textos em presença.

Começando pelo documento 1, apresentado pela CDU relativa à situação da educação no nosso Concelho. Eu penso que há um conjunto de preocupações que são perfeitamente consensuais e partilhadas por todos. Algumas delas têm também um conteúdo de crítica à atuação do Governo e nós não nos devemos eximir a assumir também a responsabilidade, ter uma atitude crítica, quando essa atitude crítica erradica na preocupação da defesa dos interesses específicos do Concelho. Nós podemos ter a noção do enquadramento nomeadamente ao nível dos recursos disponíveis e da gestão dos recursos disponíveis, mas isso não nos deve impedir como munícipes de Almada de defendermos aquilo que entendemos deve ser defendido para o bem estar das populações e também até numa perspetiva de reforço da qualidade e de melhoria progressiva dos serviços prestados. E portanto, não temos nenhum problema em nos associarmos à reivindicação do reinício das obras na Secundária do Monte de Caparica. E a propósito disto, o comentário que fazemos aqui também se aplica de alguma maneira à Moção do PSD, que nós também não teremos dificuldade em assumir a parte deliberativa. Agora, não podemos é em função disso apagar tudo, apagar a memória e esquecer qual é que foi o percurso até agora. Porque todos nós sabemos que relativamente à Escola Secundária do Monte de Caparica, como relativamente à Escola ali em Corroios João de Barros, o que aconteceu foi que em 2011 o Governo PSD/CDS interrompeu as obras e manteve as obras paradas durante quatro anos. E durante quatro anos os estudantes estiveram em pré-fabricados, sem garantia de qualidade, até porque a sua utilização continuada se ia



degradando. Durante quatro anos o Governo PSD/CDS não apresentou nenhuma solução. A única ideia relativamente a isso é que o envelope financeiro envolvido nas obras da Parque Escolar era de tal ordem que o Governo não tinha solução para o problema criado. Ora, o Governo PS quando iniciou funções há um ano assumiu o compromisso de resolver estes problemas que foram deixados pelo Governo anterior. E esse compromisso vai ser honrado. Nós todos estamos impacientes e desejamos que se faça o mais rapidamente possível e como entendemos que também podemos fazer um pouco de força aqui assinalando a questão, nós estamos disponíveis para votar a favor da parte deliberativa e fazer força, mas sem esquecer o que nos trouxe até aqui, qual é que foi a participação dos vários Governos e das várias forças políticas. E portanto, obviamente que não podemos votar os textos integralmente e associamo-nos no caso da Moção do PSD à sugestão da CDU de retirar, de votar à parte os vários parágrafos, para poder fazer um juízo adequado sobre as várias formulações em presença.

Se nos for permitido votar ponto por ponto, teremos todo o gosto de votar a parte deliberativa, se não nos for permitido, obviamente não o poderemos fazer.

Mas voltando novamente à Moção da CDU, no que diz respeito à Secundária do Monte de Caparica, tudo bem. Relativamente à falta de Pavilhão Desportivo na Escola Secundária Francisco Simões, compreendemos e subscrevemos esta reivindicação, até porque durante o Governo do Partido Socialista anterior, esta preocupação foi uma preocupação que esteve em cima da mesa e relativamente a ela foi desenhada uma solução que depois não foi possível implementar. Estamos crentes que com convergência de esforços pode ser equacionada esta possibilidade, num esforço de tempo razoável e portanto não temos nenhuma objeção a que se vote também esta formulação, no que diz respeito ao Pavilhão da Escola Secundária Francisco Simões.

Também não temos nenhuma objeção à reivindicação do reforço da oferta do Ensino Secundário na Freguesia da Charneca de Caparica, aliás uma formulação semelhante até está nas Grandes Opções do Plano, embora nas Grandes Opções do Plano não se perfilhe explicitamente a construção de uma Escola, fala-se do reforço da oferta do Secundário. Mas de uma maneira ou de outra não nos repugna a aprovação deste parágrafo. Agora, o parágrafo seguinte causa-nos alguma perplexidade e não pode de maneira nenhuma merecer a nossa concordância. Porquê? A lógica subjacente a este parágrafo é que as coisas estão cada vez pior. Nós não só não concordamos como não compreendemos como é que conseguiram escrever este parágrafo que não devia estar cá de modo nenhum. Reparem bem, termina o parágrafo "...a Escola pública vê agravada os seus princípios democráticos e de qualidade do ensino". Estamos aqui num percurso em que as coisas estão cada vez pior. O Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista não pode deixar de repudiar e de propor se o Grupo da CDU quiser retirar este parágrafo, tudo bem, se não quiser retirar o parágrafo nós temos que solicitar a votação ponto por ponto, para votar contra. O último considerando estamos disponíveis para o aceitar, não tem problemas de maior. Agora o primeiro ponto das deliberações, pela mesma razão que explicitarei há bocadinho, é inaceitável e até certo ponto deixa-nos com um amargo de boca. Quer dizer, como é que a CDU ainda apresenta estes raciocínios e coloca as questões desta forma. Parece que as coisas estão cada vez pior. Quer dizer, este ano tivemos sucesso significativo no que diz respeito à colocação dos Professores, foram tomadas medidas de reforço da ação social escolar, foram



tomadas alguma medidas no que diz respeito aos assistentes operacionais, são ainda insuficientes, é verdade, mas há um caminho que está a ser seguido e é este sentido que é particularmente inaceitável e portanto, este primeiro ponto das deliberações também teremos de votar contra. E portanto, peço, solicito que seja dada essa possibilidade ao Grupo Socialista.

Sobre a Moção do PSD relativa à Escola Secundária do Monte de Caparica, já me referi a ela, portanto não há mais nada a acrescentar.

Sobre a Moção apresentada, relativa à Costa da Caparica e às matérias da segurança que também são focadas, o nosso entendimento é que esta matéria é muito importante. E é muito importante quando falamos de políticas públicas que se perceba que se faça uma avaliação e que se identifique o que correu bem e o que correu mal e que se identifiquem as boas práticas, que se avaliem as boas práticas e que se criem condições para que a valorização dessas boas práticas possa depois corresponder a uma melhoria das políticas que são desenvolvidas e portanto esta matéria para nós é muito importante.

Agora se há forças políticas na Assembleia que estão disponíveis para contribuir para uma melhoria desta abordagem e para um reforço dos resultados que se pretendem atingir com ela, nós estamos disponíveis para a discussão em Comissão, sendo certo que esta matéria será novamente apresentada por nós na próxima Assembleia Ordinária, qualquer que seja o trabalho da Comissão, sendo certo que nos empenharemos na Comissão, no sentido de criar soluções consensuais e de melhorar as propostas que aqui estão presentes.

Sobre os transportes públicos. É verdade que a necessidade de criar condições para uma utilização confortável e adequada dos transportes públicos, essa necessidade é partilhada pelo conjunto das forças políticas, é verdade que também partilhamos a avaliação de que as coisas não têm corrido como é necessário que corram e portanto votaremos a favor da Moção apresentada pela CDU relativa aos transportes públicos. E também votaremos a favor da Moção sobre o funcionamento da Sovena, porque entendemos que as matérias ambientais são matérias demasiado sérias para que se possa abrir mão da riqueza de património natural e de ambiente saudável que devemos sempre visar na nossa ação como autarcas.

Finalmente a Moção do PAN, a opção vegetariana nas cantinas das escolas públicas. Esta matéria é matéria que está também em debate a outros níveis. Na Assembleia da República envolvendo também o Governo, é matéria que é matéria relevante, cada vez há mais portugueses que optam por uma alimentação vegetariana, têm direito a ser servidos nas cantinas públicas e portanto entendemos que é matéria que também deve merecer a aprovação da Assembleia.”

**7.5.5 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente todas as Moções que hoje estão em discussão.

Gostaríamos no entanto de deixar algumas notas, começando já pela intervenção do Sr. Deputado Courinha Leitão e indo diretamente ao parágrafo que foi questionado pelo Sr. Deputado. Um parágrafo que diz que juntando a tudo isto ao que já está escrito na Moção a falta de assistentes operacionais, as dificuldades na





colocação de Professores em diversas disciplinas, técnicos especializados, falta de financiamento, escassez de apoio à Ação Social Escolar, a Escola Pública vê agravados os seus princípios democráticos e de qualidade do ensino. Eu acho que não nos deve envergonhar assumirmos que isto que está escrito é verdade. Porque enquanto ano após ano nós continuarmos a aceitar que há milhares de Professores que vão continuar sem vínculo às escolas onde estão a lecionar, que vão continuar a ser colocados na maior parte dos casos uma semana antes do início do ano letivo, colocando toda a sua vida perante um suspense que é inaceitável em qualquer profissão e que é inaceitável numa profissão como a de Professor. Enquanto continuarmos a aceitar que os assistentes operacionais poderão ser lugares ocupados por contrato de emprego e inserção, sem qualquer vínculo à escola, sendo remunerados como todos nós sabemos que são. Enquanto tudo isto continuar a acontecer, enquanto houver turmas com 30 alunos por turma, enquanto tudo isto acontecer, a qualidade e os princípios democráticos do ensino continuarão a ser vítimas de ataques e continuarão a ver a sua qualidade descer ano após ano, por muito esforço que seja feito por toda a comunidade educativa, pais incluídos.

Nós votaremos a favor esta Moção e salientamos também a importância dos transportes públicos, algo que toca muito diretamente todas as populações, e no caso de Almada tem estado mais na ordem do dia com as deficientes qualidades e horários que são colocados ao dispor das populações.

Em relação à Moção do PSD pelo reinício imediato das obras da Escola Secundária do Monte de Caparica, isto a nosso ver é uma tentativa do PSD limpar a sua consciência, porque nós sabemos que as obras foram interrompidas em janeiro de 2013 e sabemos quem estava no Governo. Sabemos que as obras começaram em outubro de 2010 e também sabemos quem estava no Governo. E sabemos também que em abril de 2016 no Diário da República nº 74, Série II, de 15 de abril de 2016, foi feito o anúncio de procedimento nº 2235/2016, que diz que as obras iriam recomeçar tendo a Parque Escolar lançado o respetivo concurso público e com um prazo de execução estimado em 16 meses. Agora o prazo de apresentação de propostas era até 1 de junho de 2016. Eu não sei até que ponto é que esta Moção não será mesmo apenas uma tentativa de limpar a consciência por parte do PSD, sabendo nós as culpas que tem na matéria, nomeadamente no facto de tendo as obras sido interrompidas em janeiro de 2013, aquelas crianças, aqueles Professores, aqueles funcionários daquela escola terem continuado a ter a sua vida escolar naquelas condições que todos nós conhecemos, sendo os contentores talvez o problema menor de tudo o que afeta aquela comunidade escolar.

Em relação à Moção sobre o funcionamento da Sovena apresentada pela CDU, nós recordamos aqui o que dissemos na última Assembleia Municipal que foi em setembro e nós começámos por dizer que o assunto da Sovena e do seu impacto junto da população e do Concelho tem sido aqui nesta Assembleia abordados muito pela rama e por esse motivo nós queremos aprofundar essa questão. E terminámos a intervenção nessa Assembleia dizendo, “nós pensamos que é este o momento de termos uma discussão séria sobre o que representam aquelas instalações para o Concelho e para a população do Concelho”. Se esta Moção da CDU é o início da discussão séria, naturalmente o Bloco vota a favor e acompanha tudo o que aqui está escrito. Agora, é



preciso de facto ter uma discussão séria sobre aquelas instalações e sobre o impacto que têm diariamente sobre a população do Concelho de Almada, não só aquelas que ali vivem mais perto mas toda a população.”

**7.5.6 - O Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação às Moções, em primeiro lugar, começando pela proposta do Grupo Municipal da CDU, o PSD acolhe as sugestões em relação à Moção que temos o gosto de apresentar, e depois já lá irei em relação ao conteúdo desta mesma questão. Mas dar nota também que iremos votar favoravelmente todas as Moções que estão em debate nesta Sessão.

Mas gostávamos de deixar alguns considerandos, não só para memória futura, mas também para focalizar algumas questões. E em primeiro lugar na Moção da CDU sobre as escolas do Concelho e as questões da Educação, dizer que se votamos a favor, não significa que entendamos o sistema educativo nos mesmos termos, nem achamos que continuar a defender uma utopia de que a gratuitidade do sistema de ensino é uma ambição que tem que ser obrigatoriamente concretizada, apesar de nos termos constitucionais a palavra progressividade está lá, porque nós sabemos que a utopia custa dinheiro e mesmo com todo o dinheiro a utopia não se conseguiria concretizar. Ainda assim nós não queremos deixar de vincar uma posição no voto favorável, porque há aqui um conjunto de intervenções que são fundamentais que sejam desenvolvidas e isso leva à nossa Moção. E não é uma questão de limpar memórias ou de consciência, porque eu diria e diríamos nós que tem mais peso na consciência quem em dado momento construiu um projeto de requalificação de espaços escolares sem dinheiro para pagar essa requalificação. E foi aí que começou o problema da Escola Secundária do Monte de Caparica. E eu estou muito à vontade, porque em dado momento eu tive outras responsabilidades a nível nacional e fiz questão de ir visitar a Escola, de pedir à Parque Escolar que se fizesse representar nessa mesma visita que foi também participada pela Associação de Pais, pela Direção da Escola e nesse seguimento eu próprio em conjunto com os Deputados Eleitos pelo Circulo de Setúbal, eleitos pelo PSD, fizemos uma questão ao Governo, mas diligenciámos no sentido de haver o bom senso de perceber o que é que estava em causa e o que é que está em causa. E quando nós apresentamos esta questão é porque para nós é relevante que haja bom senso nas decisões. Bom senso nos sucessivos Governos, e neste caso também não houve bom senso do Governo anterior. Estamos aqui claramente a jogar o jogo de forma consciente e limpa como sempre o fazemos. E nós dissemo-lo até ao Governo anterior, é uma incongruência num projeto como o da Parque Escolar que a nível nacional foi uma festa irracional, no caso específico do Monte de Caparica não se perceber uma coisa, é que havia uma obra que realmente se calhar do ponto de vista orçamental era difícil de concretizar. Mas havia algo no caso, um bloco de salas de aula que estava praticamente pronto à data, em que nós tivemos ocasião em visitar o estabelecimento, que era uma irracionalidade, porque era um custo menor, marginal de intervenção do projeto e dizíamos nós no anterior Governo. Portanto não é uma questão de consciência, é uma questão de racionalidade e bom senso. E dizíamos nós na altura do anterior Governo, como é que se encontra uma solução para colocando o quadro elétrico que era o que estava a faltar e o chão que também era uma questão de somenos à data, porque é que



não se abre pelo menos as salas de aula e se acaba com a vergonha que são os contentores. E dizíamos isto ao anterior Governo, estamos muito à vontade nessa matéria. E por isso quando nós agora reafirmamos esta preocupação é porque de uma vez por todas tem que haver bom senso também na ação governativa, tem que haver bom senso de perceber que houve um projeto megalómano que os portugueses a nível nacional não tinham e não têm forma de o financiar. Aliás, se as obras forem feitas nos termos em que foram pensadas inicialmente, daqui a uns tempos vamos ter aqui Moções a pedir dinheiro ao Governo para reforçar os orçamentos das Escolas para as manterem a funcionar. Os ares condicionados, as diversas vertentes técnicas que também não houve o raciocínio de vários Governos, mas vamos convir que na questão da Parque Escolar há uns responsáveis aos quais certamente a consciência pesa muito mais, mas que na realidade deixaram uma fatura que é quase impossível de ser financiada. E portanto, haja bom senso, e diríamos nós que no caso do Monte de Caparica, haja pelo menos o equilíbrio de perceber que há soluções que deviam já ter sido implementadas há muito e não foi só por estes, já devia ter sido pelo anterior Governo. Portanto, não é uma questão de consciência, é uma questão de coerência que estamos aqui a reafirmar.

Em relação às seguintes Moções deixar apenas alguns comentários telegráficos. Em relação à Saudação da Professora Elvira Fortunato e do Professor Dr. Rodrigo Martins, apenas realçar que é o exemplo paradigmático da excelência da investigação que se faz também no nosso Concelho, e a forma como nós temos que potenciar este momento de forma a que esta investigação resulte também em riqueza que se crie no nosso Concelho. E é uma oportunidade que nós temos que abraçar e que temos que com ambição conseguir potenciar.

Em relação ao Engenheiro António Guterres, como é óbvio votamos favoravelmente.

Em relação às demais Moções do Partido Socialista também.

Em relação às propostas do Bloco de Esquerda também, dar apenas nota e associarmo-nos também àquilo que já aqui foi dito, qualquer manifestação que não respeite a liberdade, que não respeite a liberdade de expressão, que não respeite não só a cidadania de cada qual e os direitos consagrados na Constituição e afirmação das suas opiniões e essa liberdade de expressão é de repudiar, e qualquer manifestação de intolerância que se reveja, veja no nosso Concelho, junto dos nossos, em qualquer local da nossa terra, mas em qualquer local do mundo nos deve levar a estar unidos no combate a essa mesma intolerância e essa mesma falta de respeito.

Em relação aos transportes, iremos votar favoravelmente e também não é uma questão outra coisa que não de coerência, apesar de termos a noção e não é por hoje em dia não termos responsabilidades governativas de que tem que haver muito equilíbrio naquilo que são as soluções a implementar nestes sistemas, porque todos nós gostávamos de ter uma rede de transportes espetacular à porta de casa, que funcionasse de dois em dois minutos, e que nós tivéssemos a certeza de que não íamos estar à espera. Mas sabemos que tudo isso custa dinheiro que não existe seja qual for o Governo mais à direita, mais à esquerda, é fundamental que exista o equilíbrio de perceber que nós queremos melhores transportes, nós queremos melhor serviço público, mas temos que encontrar as soluções que são exequíveis do ponto de vista financeiro. Mas não deixamos de acompanhar, porque no caso específico e já aqui foi também reafirmado a própria Comissão desta Assembleia



tem feito esse esforço, há um conjunto de razões de oferta de serviço público que têm que ser melhoradas e têm que ser refletidas por parte dos Transportes Sul do Tejo.

Em relação à Sovena, nós concordamos com o objetivo, sobretudo que esta Moção apresentada, que é uma reflexão sobre um conjunto de atividades que acontecem no Concelho que devem merecer um acompanhamento mais aprofundado, sobretudo em relação aos impactos que têm na vida das populações e nas consequências que podem daí advir.

E em relação à Moção do PAN iremos também votar favoravelmente porque também a liberdade de afirmação e de crescimento da sociedade, leva a que estas opções de vida também sejam respeitadas na medida do possível.”

**7.5.7 - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só para responder às solicitações do Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão. Nós achamos e nós estamos sempre disponíveis e fazemos isso com as outras bancadas, tem sido uma prática nossa, que é sempre possível melhorar textos. Fazemos sempre um esforço no sentido de encontrar consensos para a melhoria dos textos, para as expressões, se calhar mais exacerbadas. E nós dissemos isso exatamente ao Sr. Deputado Courinha Leitão que se quisesse nós estávamos disponíveis para alterar redações, quer nos pontos que o Sr. Deputado referiu. Não havia tempo e portanto é tudo ou nada. Mas nós ainda entendemos que pode não ser o tudo ou nada, porque Srs. Deputados nós temos valorizado muito o esforço que o atual Governo e na nova relação de forças da Assembleia da República de reposição de direitos, de salários temos acompanhado esse esforço, mas também temos dito que este orçamento tal como em 2016, este que se vai votar para 2017 tal como o de 2016, podia ser melhor. Mas isso faz com que nós então estejamos atentos e disponíveis para dizer que há muita coisa que foi feita, as coisas não são iguais ao passado, está no bom caminho, mas há muito para fazer. E nesse muito para fazer, nós entendemos que tem que haver melhoria para a defesa da Escola Pública e não achamos exagerado que se fale na falta de técnicos especializados, que se fale nalgumas dificuldades na colocação de Professores em diversas disciplinas e também achamos que o caminho tem que ir continuando nesse reforço de reposição de ataque à Escola Pública, e nesse sentido a proposta que nós fazemos ao Partido Socialista e já agora à Assembleia, é que nos pontos que o Sr. Deputado focou se está disponível para aceitar as seguintes alterações, no parágrafo que diz que, porque é fácil retirar, mas parece-nos que retirar não resolve o problema da necessidade de coisas que estão abordadas aqui, para nós continuam a ser importantes. Portanto nesse parágrafo que o Sr. Deputado evoca e sugeriu a retirada, nós sugerimos o seguinte, em vez de “juntando a tudo isto”, cortava-se essa frase e o parágrafo começava “ a falta de assistentes” e ficava o texto todos igual e depois na última linha onde se diz “ a Escola Pública vê agravada”, “a Escola Pública não cumpre os seus princípios democráticos e de qualidade de ensino”. Ou seja, com a falta, com isto e com aquilo a Escola Pública não cumpre. Não é bem a mesma coisa de que “vê agravada”, porque isso não está agravado, ainda não cumpre.

Depois na parte deliberativa nesse ponto 1 que focou, então o que nós propomos é que o ponto 1 é então reclamar do Governo que sejam invertidas as medidas ainda gravosas, nós considerados que ainda há medidas



gravosas, consideramos que há que trabalhar pelo caminho que temos seguido, no sentido de alterar o que ainda está mal e portanto na busca de contributos para uma discussão séria sobre as matérias, propomos, Sr. Presidente, estas alterações.”

**7.5.8 - O Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A sugestão que eu tinha feito relativamente a esta primeira Moção, é no sentido da votação ponto por ponto, e relativamente às sugestões, às propostas agora feitas, não deixamos de assinalar o esforço, mas o esforço não suficiente até pelas razões que eu vou explicitar.

A falta de assistentes operacionais. Neste momento o Governo para além de ter renovado o contrato de quase três mil assistentes operacionais e de ter autorizado a contratação de mais trezentos, o Governo, o Partido Socialista, o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista aprovaram hoje na especialidade um artigo que prevê que durante o próximo ano sejam solucionados um conjunto de situações de precariedade na administração pública, entre elas as que têm a ver com os contratos de emprego e inserção, contratos injustificados e outras situações que se verificam. E portanto, quando o caminho que se está a fazer é esse, faz pouco sentido que o acento tónico seja posto nestas matérias assim esta maneira. Mas agora na especialidade, para além dos assistentes operacionais que já comentei, dificuldades na colocação de Professores em diversas disciplinas. Ora vamos lá ver, a colocação de Professoras este ano correu de forma exemplar e as dificuldades que existem admito que tenha a ver com as necessidades de contratação de Escola, de perfis muito específicos que têm de ser sempre em contratação de Escola e não podem ser de outra maneira. E portanto, estar a assacar isso ao Governo, para além de não fazer sentido é vincadamente injusto.

Técnicos especializados. Ora, neste momento o Governo está a evidenciar esforços no sentido de utilizar uma parte dos recursos dos fundos comunitários para contratar psicólogos para as Escolas. Faz sentido que neste momento o dedo seja apontado nesta matéria?

Falta de financiamento, bom, houve aqui há pouco, há um mês ou dois a alegação de que os orçamentos estavam a ser cortados, fez-se um grande alarido sobre isso e depois viu-se que afinal isso não tinha um mínimo de base e nem tinha nenhuma justificação. Portanto, esta falta de financiamentos certamente não diz respeito a isso, dirá respeito a outras questões. Nós não podemos considerar que uma formulação genérica e abstrata, crítica, possa ser aceite e assumida assim sem mais nem menos.

Escassez de apoio à ação social escolar. Quando há preocupação de reforçar a ação social escolar e de canalizar para esta vertente um conjunto significativo de recursos. A Escola Pública vê agravado mesmo com a formulação que é referida, não é apagada a ideia de que o sentido de que se está a seguir o caminho que se está a fazer é negativo e isso ai obviamente que nós não podemos concordar. Depois, que sejam invertidas as medidas ainda gravosas, mesmo que sejam ainda de modo a reforçar o reforço das políticas de apoio à ação social escolar, recursos humanos, Professores, técnicos especializados, assistentes operacionais, a mesma coisa são as mesmas considerações que já fez, adequados à necessidade do sistema que garantam a participação das comunidades



educativas. Estes dois pontos de facto mesmo com o esforço que nós agradecemos não podem ter o nosso apoio e portanto mantenho a solicitação da votação ponto por ponto, até porque há um esforço que todos nós devemos fazer. Eu pessoalmente e a bancada está muito satisfeita e muito confortável com as soluções que foram encontradas a outros níveis, nomeadamente a nível do País, e mais, acho que os grandes sucessos que o Governo tem registado que são muitos e reconhecidos pela generalidade da população, como os estudos de opinião têm demonstrado, devem-se não só à competência e ao trabalho desenvolvido pelo Governo que todos os Partidos insistem que é apenas do PS, mas também às propostas, à pressão, à exigência dos Partidos que sustentam o Governos na Assembleia da República. E portanto nós estamos perfeitamente confortáveis com isto e estamos conquistados para a ideia de que a ser possível esta fórmula é uma fórmula de futuro para o País. E até por nós termos esse sentimento e esse posicionamento, não podemos deixar de sentir como injustas e injustificadas algumas ações e das propostas que aqui são feitas.

E portanto mantemos a sugestão de votar ponto por ponto para sinalizar os aspetos que com toda a boa vontade, com toda a tolerância, com todo o espírito construtivo, não podem de facto ser aceites por nós.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Nuno Matias que nós ouvimos com atenção e que respeito, relativamente à Parque Escolar, todas as soluções que se encontram para resolver os problemas do País, ou de uma família, ou de um grupo qualquer, são questionáveis e tecnicamente é sempre possível encontrar soluções melhores, é possível reforçar a eficiência, é possível conseguir atingir os objetivos de outra maneira e com menos recursos. Dito isto, quando se fala da recuperação das Escolas Secundárias e se vai cavalgar aquela crítica, aquele sentimento, aquela vaga que varreu o País em 2011, nós temos de parar e de nos questionar. Vamos lá ver, muito bem. Então a Emídio Navarro, foi dinheiro desperdiçado? A Escola Emídio Navarro em Almada foi dinheiro desperdiçado? O que é que tem que não devia ter sido feito? Quer dizer, já agora era bom que dissessem “olhem aquelas salas foram recuperadas, mas não era necessário podiam continuar a ter infiltrações, ou aquele laboratório foi bem equipado mas não era necessário, que os alunos não precisam daquilo”. Quer dizer, mas o que é que foi feito a mais? Podem dizer “bem, mas aquele Pavilhão Desportivo, aquele Polidesportivo coberto não corresponde áquilo que nós gostávamos”, sim senhor, chove lá dentro, foi uma obra de arquiteto, foi feita na altura, é questionável. E eu estou disponível para aceitar que ela seja questionável. Mas não é desperdício, porque o dinheiro que custou, teria custado sensivelmente o mesmo se, se construísse o Pavilhão Polidesportivo, de acordo com as regras que atualmente existem nomeadamente no que diz respeito à renovação do ar, etc., etc.. E portanto onde é que está o desperdício? Será que os nossos alunos não merecem boas escolas? Escola bem equipadas onde possam realizar as suas aprendizagens e ter sucesso? Mas as janelas não abrem todas e tal, pronto há concessões que podem ser corrigidas, agora o que é preciso dizer sobre o que é que pode ser corrigido é o seguinte, o Governo anterior parou as obras em 2011, e durante quatro anos não arranjou solução nenhuma, qual é que foi a obra em que houve alternativas que propiciassem a continuidade do trabalho? Nenhuma. Nós a única coisa que assistimos ai por todo o lado foi o desperdício de dinheiro com indemnizações, com aluguer de contentores e por ai fora. E quando chegamos ao final em 2015, final de 2015, a situação estava exatamente na



mesma, só que as coisas tinham-se degradado os custos, tinham-se acumulado e as soluções não foram encontradas em quatro anos soluções alternativas para nenhuma obra, nenhuma. Portanto, se estão satisfeitos com isso, pronto, têm direito a estar, agora não nos atirem é areia para os olhos, porque quando se critica é preciso saber-se do que é que se fala, do que é que se fala.”

**7.5.9 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu vou começar por pegar nas últimas palavras do Sr. Deputado Joaquim Leitão nesta intervenção naturalmente para lhas devolver, porque vejamos, o facto do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda estar a fazer parte digamos assim da solução governativa que há um ano foi encontrada, não faz com que lá permaneçamos sentados a assistir impávidos e serenos a tudo o que vai acontecendo neste País. A prova disso é que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda entregou mais de 60 propostas para o OE que está a ser discutido na especialidade. O Sr. Deputado perguntou ao Grupo Municipal do PSD, será que os nossos alunos não podem ter salas em condições? Eu respondo pelo PSD, embora a resposta não me tenha sido feita a mim, é claro que podem, mas será que não podem ter Professores vinculados à Escola? Será que não podem ver o rácio dos trabalhadores que prestam serviço nessas escolas respeitado? Porquê dizer que vão ser contratados mais 300, não diz que esses 300 não chegam, não chegam, não vão fazer com que se respeitem os rácios nas Escolas. E se uma Escola tem 10 funcionários para 3500 alunos, por exemplo, nós sabemos que não chega e são precisos mais funcionários e são precisos mais funcionários com vínculo de trabalho não sejam ocupados, esses locais de trabalho não sejam ocupados por contratos de emprego e inserção. E portanto, nós não estaremos nunca sentados a assistir impávidos e seremos ao que está a acontecer porque não é isto que nós queremos só, nós queremos mais e melhor naturalmente e então no que diz respeito à educação das nossas crianças, queremos muito mais e muito melhor naturalmente e queremos sempre. Por isso essa discussão para nós não fica por aqui e lá está a última pergunta que o Sr. Deputado está, se estão satisfeitos com isso têm o direito a estar, também os Srs. têm o direito a estar satisfeitos com isso, nós é que não. E eu queria só reforçar uma coisa que o Sr. Deputado Nuno Matias não referiu na sua intervenção, que é, nós referimos o concurso que foi aberto e que está publicado no Diário da República nº 74, Série II, de 15 de abril de 2016, com prazo de apresentação de propostas até 1 de junho, eu não sei em que estado está este concurso, mas continua-me a parecer que esta Moção é pouco mais do que a tentativa de limpeza de consciência por parte do PSD.”

**7.5.10 - O Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu começava exatamente pelas afirmações proferidas pelo Deputado Carlos Guedes, para realçar que a parte deliberativa é tão clara que é exatamente isto que nós pretendemos, é que exista um compromisso de calendário face ao desenrolar do processo assumindo nós que no passado deveriam ter sido encontradas as soluções e até para descansar a Bancada do Partido Socialista, porque quando dizem que realmente é preciso investir nos alunos e dotar as Escolas de melhores condições como é óbvio, e ali associo-me também à resposta dada pelo Deputado



Carlos Guedes, como é óbvio. Agora a questão é, em que condições é que esses investimentos podem e devem ser feitos. Vai ser feito porque há dinheiro, ou vai ser feito porque se vai acumular dívida? Vai ser feito porque há condições de investir esse dinheiro, ou vai-se fazer esse investimento independentemente de haver ou não haver condições para ter sustentabilidade, esse investimento? É porque ouvir as afirmações aqui proferidas de que vão ser calendarizadas essas intervenções, esperemos que sim, mas em que condições é que vão ser feitas? Com que dinheiro? De que forma? Com que calendário? É sustentável? O problema da Parque Escolar fica definitivamente resolvido? As soluções que eram exigidas. Quando nós há pouco fazíamos a afirmação de que nós temos a consciência que no Governo anterior também não foram encontradas as soluções nas Escolas, não foram, e deviam ter sido criadas condições para se encontrar soluções alternativas, porque continuar com os projetos como tinham sido inicialmente projetados, é megalómano. O Estado não podia pagar. E na minha humilde opinião, sem querer vincular ninguém, hoje em dia também não pode. E por isso era importante que alguém explicasse, sim senhora, vai-se intervir nessas Escolas onde já se devia ter feito a intervenção. Muito bem. O que é que vai custar? Quem é que vai pagar? Vem dinheiro a fundo perdido de algum lado, ou vamos acumular alguma dívida que a dado momento vai aparecer alguma fatura para ser paga? E portanto, vamos então perceber como é que é essa solução e ao fim ao cabo esta Moção, aquilo que procura é sistematizar alguma informação. Sistematizar, reconhecendo nós que houve um conjunto de intervenções que já deviam ter sido feitas por outro Governo, e portanto parece-nos que este exercício de coerência, tendo nós também em dado momento em que tivemos responsabilidades governativas, desencadeado um conjunto de diligências para que o Governo anterior tivesse agido e não o fez e devia tê-lo feito, assumindo que havia um conjunto de soluções que estavam projetadas, que não podiam ser realizadas. Quando há pouco se falava na Emídio Navarro, que é um exemplo de intervenção que chegou ao fim, bem se falarmos com um conjunto de Professores dessa Escola e alunos, eles não precisam de ser técnicos da área para perceber que há um conjunto de erros que foram feitos naquele projeto. E podemos multiplicar em vários exemplos. E portanto temos que aprender com os erros, temos que não retornar a este tipo de práticas que é, ai não se fez? Mas nós agora queremos voltar e fazer isto em força, sem se calhar aprender que não devíamos voltar com o mesmo modelo, com as mesmas ideias, com os mesmos erros, se calhar com as mesmas dívidas e vamos um dia destes estar aqui novamente se calhar a debater o facto de termos chegado a um ponto novamente insustentável de deixarmos de ter outra vez dinheiro para investir. Aliás, eu diria que os indicadores do investimento público demonstram que se calhar a disponibilidade para investir não existe. Mas daqui a uns tempos vamos cá estar outra vez para analisar esse fenómeno.”

**7.5.11** – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu acho a discussão importante e todas as matérias em torno de vários assuntos sobre a política educativa é interessante, mas não queria perder a oportunidade de que nos concentremos naquilo que me parece que é fácil de fazer, que é acabar a obra da Escola do Monte de Caparica. É que eu acho importante tudo aquilo que aqui foi dito e a diferença de opiniões ou de apreciação, mas gostava que da discussão não resultasse a diluição daquilo





que me parece aqui que é muito importante para nós e muito prático e concreto. É que temos ali uma Escola em que as crianças estão a trabalhar nos contentores e parece haver muito pouco a fazer para que a Escola esteja em funcionamento e há um compromisso da parte do Governo, pelo menos da Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado onde estivemos, que o concurso ia ser lançado e a obra ia ser feita. E o que gostaríamos é que essa como outras questões, aliás que constam da Moção que foi apresentada se pudessem concretizar. Era bom que a Cidade Europeia do Desporto tivesse o Pavilhão da Francisco Simões, era bonito também. Há aqui algumas coisas muito concretas e que podem ser feitas, não são coisas transcendentais, nem utópicas, não deixando de valorizar tudo aquilo que sobre esta matéria deve ser naturalmente valorizado e que nos preocupa.”

**7.5.12** – O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu podia aqui deixar passar em claro e fazer uma pergunta ao Sr. Deputado Nuno Matias, aqui na parte deliberativa vem aqui exigir que o Governo calendarize obras na Escola Secundária do Monte de Caparica, exige junto do Governo de imediato o reinício da requalificação e a sua conclusão a tempo do novo ano letivo. O Sr. Deputado Nuno Matias e a bancada do PSD, esteve quatro anos para apresentar esta Moção quatro anos.”

**7.5.13** – O Sr. Deputado Municipal Paulo Viegas (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É no sentido de um pedido de esclarecimento à Mesa. É mesmo uma dúvida não é nenhum tipo de consideração. Mas perante este método de votação e estarmos aqui a votar considerando ponto por ponto, naquelas Moções em que se diz na parte final em que um dos pontos é enviar para o Governo, para a Associação, seja para onde for, para uma série de entidades, perante esta situação, portanto considerando aprovado, considerando rejeitado, o que é que se manda efetivamente numa situação destas?”

**7.5.14** – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Já não é a primeira vez, já temos enviado Moções em que só é aprovada a parte deliberativa, lembremo-nos de uma do CDS aprovada em dezembro 2014 sobre a Costa da Caparica e a importância das Terras da Costa e da Arriba Fóssil.”

**7.5.15** – O Sr. Deputado Municipal Paulo Viegas (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Mas eu estou só a falar dos considerandos, a Moção tem um corpo, uns são aprovados, outros são rejeitados, se aquilo depois for para ser enviado ao Governo ou qualquer tipo de entidade o que é que manda efetivamente?”

**7.5.16** – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Manda-se o que for aprovado, não podia ser de outra forma. O que fica é na Ata registado qual foi o início, qual foi a proposta apresentada, isso fica em Ata como não podia deixar de ser.”



**7.6** - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados.

**7.6.1** – A Moção/Deliberação Pela melhoria das instalações nas Escolas Secundárias do Concelho de Almada, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Palma – Presidente da União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó (com alterações), aprovada por pontos:

**7.6.1.1** – Toda a parte introdutória exceto o parágrafo 5, foi aprovado por unanimidade;

**7.6.1.2** – Parágrafo 5, foi aprovado por maioria com vinte e oito votos a favor de eleitos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PSD, do BE, do PAN e Ind.) e dez votos contra (de eleitos do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica).

**7.6.1.3** – Ponto 1 da parte deliberativa, foi aprovado por maioria com vinte e oito votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PSD, do BE, do PAN e Ind.) e dez votos contra (de eleitos do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica).

**7.6.1.4** – Pontos 2 a 7 da parte deliberativa, foi aprovada por unanimidade.

**7.6.1.5** – Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Deliberação Pela melhoria das instalações nas Escolas Secundárias do Concelho de Almada

Resultante de políticas desastrosas de sucessivos governos, existem centenas de escolas pelo país em condições degradadas ou insuficientes, existindo no concelho de Almada algumas situações preocupantes.

Refira-se a situação da Escola Secundária do Monte de Caparica, alvo de intervenção no âmbito do Parque Escolar e que continua a aguardar a sua conclusão, há sete anos, diga-se, e com sucessivas diligências por parte dos órgãos autárquicos, das escolas, dos pais e estudantes para a resolução desta situação. Atualmente, os alunos exigem melhores condições na escola, manifestando preocupação e desagrado pelas salas de aulas, muitas em contentores, não possuírem capacidade para acolher as turmas, já de si com excesso de alunos para um bom desenvolvimento das aprendizagens, queixando-se, simultaneamente, da falta de qualidade das refeições e do seu elevado preço.

O mesmo podemos afirmar relativamente à inexistência de pavilhão desportivo na Escola Secundária com 2.º e 3.º Ciclo Francisco Simões, curiosamente um estabelecimento de ensino com êxito no desporto escolar, onde existe uma forte dinamização desportiva que envolve muitos alunos e professores e que oferece formação na área de apoio técnico à gestão no desporto.

Outra situação prende-se com a reivindicação da construção de uma Escola Secundária na área da Freguesia da Charneca de Caparica, numa zona que carece de ampliação de oferta pública, justificada pela franca expansão do território e existência de uma população jovem que etariamente abrange este patamar de ensino.



A falta de assistentes operacionais, dificuldades na colocação de professores em diversas disciplinas, técnicos especializados, falta de financiamento, escassez de apoio à ação social escolar, a Escola Pública não cumpre os seus princípios democráticos e de qualidade do Ensino.

Perante estas dificuldades, a Câmara Municipal de Almada assume a sua orientação no quadro das suas competências e programa político, desenvolvendo investimentos na qualificação dos estabelecimentos de ensino, na promoção das atividades de enriquecimento curricular, apoio no fornecimento de refeições, reforço do apoio social escolar e na oferta de manuais e materiais escolares aos alunos dos primeiros anos (1.º e 2.º ano) do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2016, delibera:

1. Reclamar a continuação do reforço das necessárias políticas de apoios e ação social escolar, recursos humanos (professores, técnicos especializados e assistentes operacionais) adequados às necessidades do sistema e garantam a participação da comunidade educativa;
  2. Reafirmar a importância da educação e exigir que o Estado cumpra o seu papel, assumindo o reforço do investimento no sistema público de ensino e a adoção de medidas de política educativa que garantam os direitos de acesso e sucesso dos cidadãos;
  3. Exigir o cumprimento da Constituição da República pelo princípio de um ensino público gratuito, universal e de qualidade.
  4. Congratular-se com as opções do Município com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços educativos;
  5. Saudar e solidarizar-se com os professores, alunos, encarregados de educação, técnicos, assistentes operacionais na luta pelas suas reivindicações e direitos;
  6. Reafirmar o empenho do Município em acompanhar a situação da educação e seus problemas e contribuir para a sua resolução, no âmbito das suas competências próprias e em articulação com a comunidade educativa.
  7. Pugnar pela melhoria das condições dos estabelecimentos de ensino, particularmente na reivindicação da conclusão das obras da Escola Secundária do Monte da Caparica e das construções do pavilhão desportivo da Escola Secundária com 2.º e 3.º Ciclo Francisco Simões e da Escola Secundária na Charneca de Caparica.”
- 7.6.2** – A Moção/Saudação À Professora e Investigadora Elvira Fortunato e ao Professor Doutor Rodrigo Martins distinguidos pela Academia Europeia das Ciências, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Galdes, foi aprovada por unanimidade.
- 7.6.3** - A Moção/Deliberação Pelo reinício imediato das obras na Escola Secundária do Monte de Caparica, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (com alterações), foi aprovada por pontos:
- 7.6.3.1** – Paragrafo 1, foi aprovado por unanimidade.



**7.6.3.2** – Paragrafo 2, foi rejeitado por maioria com vinte e oito votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, e do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica), sete votos a favor (de eleitos do PSD, do CDS-PP e do PAN) e três abstenções (de eleitos do BE e Ind.).

**7.6.3.3** – Paragrafo 3, foi rejeitado por maioria com trinta e um votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do PAN), seis votos a favor (de eleitos do PSD e do CDS-PP), e uma abstenção (de Ind.)

**7.6.3.4** – Paragrafo 4, foi aprovado por unanimidade.

**7.6.3.5** – Parte deliberativa, foi aprovada por unanimidade.

**7.6.3.6** – Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Deliberação Pelo reinício imediato das obras na Escola Secundária do Monte de Caparica

A situação de degradação das condições de funcionamento da Escola Secundária do Monte da Caparica deve continuar a preocupar o concelho de Almada e os seus responsáveis, e deve determinar ao Governo da República a urgente conclusão das obras de requalificação.

A Assembleia Municipal de Almada deve continuar a estar junto dos alunos, pais, professores e funcionários que todos os dias enfrentam situações de degradação que envergonhariam qualquer país do mundo desenvolvido.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 28 de novembro de 2016, delibera:

- I. Solicitar ao Governo informação relativa à calendarização das obras na Escola Secundária do Monte da Caparica, com data de reinício e de conclusão;
- II. Exigir junto do Governo o imediato reinício da requalificação e a sua conclusão a tempo do novo ano letivo de 2017/2018.”

**7.6.4** - A Moção/Saudação sobre a Eleição de António Guterres como Secretário-Geral das Nações Unidas, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, foi aprovada por unanimidade.

**7.6.5** - A Moção/Saudação sobre a Participação do KSPA no 18º Campeonato Mundial FSKA-Bombaim-India 2016, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Avelar Pinheiro (com alteração), foi aprovada por unanimidade.

**7.6.5.1** – Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Saudação sobre a Participação do KSPA no 18º Campeonato Mundial FSKA-Bombaim-India 2016

Realizou-se entre os dias 23 e 25 de setembro o 18º CAMPEONATO MUNDIAL FSKA-BOMBAL-INDIA 2016, o qual contou com a presença de Portugal e de 1300 Atletas, 40 Árbitros em representação de 10 Países: Portugal, África do Sul, Inglaterra, Rússia, Ucrânia, Cazaquistão, Sirilanka, Quénia, França e Índia.

Neste campeonato a equipa do KPS – Karaté-Do Portugal Shotokan obteve os seguintes resultados:

Paulo Cruz: 3 Medalhas de Ouro e 1 de Prata



João Rodrigues: 2 de Ouro 1 de Prata e 1 de Bronze

Ricardo Simões: 3 de Ouro 1 de Prata

Vasco Sequeira: 2 Medalhas de Ouro 1 de Prata e 2 de Bronze

Mário Gomes: 1 Medalha de Prata

Ricardo Vieira: 5 Medalhas de Ouro 2 de Prata

Ivo Ferreira. 5 Medalhas de Ouro 2 de Prata

Joana d'Antas Venâncio: 1 Medalha de Ouro 1 de Prata e 1 Bronze

Rodrigo Remédios: 3 Medalhas de Ouro

De salientar o trabalho da restante comitiva, nomeadamente a Mestre Cristina A. Mendes e em particular o Mestre José Chagas.

Estes resultados refletem o trabalho desenvolvido desde há anos pelo KPS quer na formação de crianças e jovens, como na alta competição.

Reunida em 28 de novembro de 2016 a Assembleia Municipal de Almada saúdam o KPS e os seus atletas, pela conquista destes importantes títulos, congratulam-se pela conquista destes importantes títulos e incentivam à continuação deste trabalho que enriquece o Concelho de Almada.”

**7.6.6** – A Moção/Saudação Nuno Saraiva recebe o prémio Amadora BD 2016, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Avelar Pinheiro, foi aprovada por unanimidade.

**7.6.7** – A Moção/Deliberação sobre Segurança dos banhistas na Costa da Caparica, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal José Ricardo Martins – Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, aprovada a baixa à 3ª Comissão, por unanimidade.

**7.6.8** - O Voto de Protesto Manifestação Racista e Xenófoba, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira, foi aprovada por unanimidade.

**7.6.9** – A Moção/Deliberação Em defesa do património e da memória, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (com alterações), aprovada por unanimidade.

**7.6.9.1** – Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Deliberação Em defesa do património e da memória

Quem percorrer a Avenida António José Gomes, na Cova da Piedade, além da dificuldade em encontrar a placa toponímica que identifica esta avenida que liga o Largo 5 de Outubro à Avenida Povo MFA, passa pela Antiga Escola António José Gomes sem se aperceber que ali está uma Escola Primária fundada em 1911 logo após a implantação da República.

Trata-se de uma Escola com 105 anos de existência que se destinava apenas ao sexo masculino, correspondendo à visão do poder instituído nesse tempo, que separava os meninos e as meninas em Escolas diferentes.

Falamos de uma Escola centenária por detrás de árvores que crescem e escondem este património que merecia ser tratado com mais atenção e servir para iniciativas de carácter cultural.

Esta moção que agora apresentamos no seguimento de outras chamadas de atenção para este facto é um apelo



para que seja feita uma intervenção e que seja de facto encontrada uma solução para que esta Escola Centenária seja colocada ao serviço da População.

Acreditamos que todas e todos estamos de acordo que preservar a memória é também respeitar o presente e perpetuar o agradecimento dos e das Piedenses ao Industrial António José Gomes que financiou a criação desta Escola e que por ter falecido em 1909 não chegou a vê-la em funcionamento, tendo sido a viúva Maria Soares da Rocha Gomes a concretizar a obra, considerada na altura como a melhor Escola Primária do Concelho de Almada. Assim a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária, em 28 de novembro de 2016, delibera:

– Manifestar o interesse e recomendar à Câmara Municipal de Almada que encontre uma solução digna para o funcionamento da Antiga Escola António José Gomes.”

**7.6.10** – A Moção/Deliberação As populações exigem mais e melhores transportes públicos, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luísa Ramos, aprovada por unanimidade.

**7.6.11** – A Moção/Deliberação sobre Funcionamento da SOVENA, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldes, aprovada por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do PAN e Ind.), e uma abstenção (de eleito do CDS-PP).

**7.6.12** - A Moção/Recomendação Opção vegetariana nas cantinas das escolas públicas, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Alexandra Correia, aprovada por unanimidade.

**8** – Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na segunda reunião amanhã, dia 29 de novembro de 2016.

**9** - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves; Maria Amélia de Jesus Pardal; António José de Sousa Matos; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; Francisco António Fernandes Navarro; Francisca Luís Baptista Parreira; Vítor Manuel dos Santos Castanheira e Maria Teodolinda Monteiro Silveira.

**10** - Foi verificada a presença na Reunião de Sr.<sup>as</sup> Juristas de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e do Jornalista Senhor Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP – CMA e TV Almada, e de trinta e sete Srs. Munícipes.

**11** - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.

**12** - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H33 do dia 29 de novembro de 2016.

**13** - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

A 1ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_